



## **Relatório de Assessoria de Imprensa**

**Período: 17/12/2020 a 18/12/2020**



**Índice****Blog Carlos Costa | RN**

SENAC RN

**Parceria entre Senac RN e prefeitura de Mossoró qualifica 50 novos profissionais gratuitamente**

Notícias - 17/12/2020

5

**NoMinuto| RN****Sinalização turística alavanca atividades no interior do Rio Grande do Norte**

Notícias - 17/12/2020

6

**G1 | RN****Natal cai nove posições e tem 40º maior PIB entre municípios**

Notícias - 17/12/2020

7

**Blog do FM | RN****Comissão da ALRN aprova projeto de lei que cria cartão digital de vacinação**

Notícias - 17/12/2020

8

**G1 | RN****Bodó tem maior PIB per capita entre municípios do Rio Grande do Norte**

Notícias - 17/12/2020

9

**Blog da Juliska | RN****Projeto que obriga intérprete de libras em telejornais é aprovado em Comissão**

Notícias - 17/12/2020

10

**Tribuna do Norte | RN**

FECOMÉRCIO RN / DEL TURISMO / MARCELO QUEIROZ / SENAC RN

**Lições da Alemanha**

Notícias - 18/12/2020

11

**Tribuna do Norte | RN****Meta é imunizar todo o País em 2022**

Notícias - 18/12/2020

13

**Tribuna do Norte | RN****STF dá aval para vacina obrigatória**

Notícias - 18/12/2020

14

**Tribuna do Norte | RN****PIB da construção civil deve crescer 4% em 2021**

Notícias - 18/12/2020

15

**Tribuna do Norte | RN****No RN, cinco municípios concentram 57,5 do PIB**

Notícias - 18/12/2020

16

**Tribuna do Norte | RN****Projeto na Via Costeira será debatido**

Notícias - 18/12/2020

17



## **O Globo | DF**

### **Tentativa de derrubar desoneração é criticada**

Noticias - 18/12/2020

18

## **Folha de São Paulo | SP**

### **Fim do auxílio e vencimento de dívidas devem aumentar calote**

Noticias - 18/12/2020

19

## **Folha de São Paulo | DF**

### **Auxílio emergencial eleva inflação dos mais pobres, diz Banco Central**

Noticias - 18/12/2020

20

## **Folha de São Paulo | DF**

### **STF permite que Estado imponha restrições a quem não tomar vacina**

Noticias - 18/12/2020

21

## **Valor Econômico | DF**

### **Disputa por espaços no governo pode levar à volta do MDIC**

Noticias - 18/12/2020

22

## **Valor Econômico | DF**

### **Guedes, dois anos de alguns avanços e várias frustrações**

Noticias - 18/12/2020

23

## RELATÓRIO

No clipping de hoje destacamos, inicialmente, notícias referentes à imunização contra a Covid-19 no Brasil. O jornal Tribuna do Norte e Folha de São Paulo, relatam a permissão, por parte do Supremo Tribunal Federal, para que o Estado imponha restrições a quem recusar a vacina. As matérias estão nas páginas 14 e 21, respectivamente. A Tribuna traz, ainda, que a meta do governo é imunizar todo o País em 2022. Embora ainda não haja uma data precisa para o começo da campanha de imunização, a previsão é de vacinar no primeiro semestre de 2021 grupos prioritários, que somam 49,6 milhões de pessoas. O texto completo está na página 13 do clipping.

Outro assunto que estampa o jornal Tribuna do Norte são os dados referentes ao Produto Interno Bruto no Rio Grande do Norte. Cinco municípios concentram 57,5% do PIB, como aponta matéria na página 16 do clipping. Em valores absolutos, esses municípios concentram 46,2% da população do RN e juntos geraram R\$ 38,5 bilhões em 2018. A Tribuna também relata, na página 15 do clipping, o otimismo do setor da construção civil para 2021, com expectativa de crescimento do PIB em 4% no ano que vem.

A Secretaria de Estado da Infraestrutura do Rio Grande do Norte prorrogou para esta sexta-feira (18), as inscrições para videoconferência da audiência de apresentação do projeto de implantação do Costeira Parque, que será realizada na próxima segunda-feira (21). A sessão servirá para apresentar à sociedade o parque que o Governo do Estado construirá na Via Costeira, no terreno do antigo vale das cascatas. Esta matéria está na página 17 do clipping.

O jornal O Globo, na página 18 do clipping, fala sobre a crítica relacionada à tentativa de derrubar a política de desoneração. O Governo Federal quer reverter no STF a decisão tomada pelo Congresso de garantir a prorrogação da desoneração da folha de pagamento até o fim do ano que vem. Parlamentares e líderes dos setores afetados alertaram que uma eventual revogação custaria milhares de empregos, afirmando que a política de incentivo precisa ser mantida.

Fim do Auxílio Emergencial e vencimento de dívidas devem aumentar calote, é o que traz o jornal Folha de São Paulo, na página 19 do clipping. O fim do benefício somado ao vencimento dos programas de crédito do governo, implementados para conter os impactos da pandemia, devem refletir em uma alta da inadimplência a partir de abril. Ainda na Folha, agora na página 20 do clipping, pesquisa do Banco Central mostrou o impacto do auxílio emergencial na inflação dos mais pobres. O estudo indicou que o benefício elevou os preços da cesta de alimentos de quem ganha entre um e três salários mínimos.



## **Imagens dos Clippings (a seguir)**

**Veículo:** Blog Carlos Costa – **Tipo de Mídia:** Blog – **Data:** 18/12/20 – **Cidade/UF:** RN

**Título:** Parceria entre Senac RN e prefeitura de Mossoró qualifica 50 novos profissionais gratuitamente **Impacto:** Positivo

**Link:** [https://www.carloscosta.com.br/2020/12/parceria-entre-senac-rn-e-prefeitura-de.h](https://www.carloscosta.com.br/2020/12/parceria-entre-senac-rn-e-prefeitura-de-h)  
tml

quinta-feira, 17 de dezembro de 2020

## Parceria entre Senac RN e prefeitura de Mossoró qualifica 50 novos profissionais gratuitamente

Em parceria com a Prefeitura de Mossoró, o Senac RN realizou nesta terça-feira (15), a entrega de cerca de 50 certificados aos novos profissionais qualificados em cursos gratuitos de formação profissional nas áreas de Beleza, Comércio e Gastronomia.

Os cursos foram disponibilizados à população por meio dos Programas Geração de Oportunidades e Morar Bem. Os novos profissionais foram formados gratuitamente nos cursos de Corte Masculino; Designer de Sobrancelha; Operador de Caixa e Doces e Salgados.



A cerimônia de entrega dos certificados aconteceu no prédio do Senac Mossoró, com a presença da prefeita Rosalba Ciarlini; a vice prefeita Nayara Gadelha; secretária de desenvolvimento social, Fernanda Kallyne, a gerente do Programa Geração De Oportunidades Glênia Gadelha e a responsável pelo Programa Morar Bem, Angelica Ribeiro, representando a secretária de infraestrutura, Katia Pinto.

A parceria entre o Senac RN e Prefeitura de Mossoró, tem como objetivo oferecer cursos gratuitos para população, visando a inserção no mercado de trabalho e geração de renda.

**Veículo:** NoMinuto.com – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 17/12/20 – **Cidade/UF:** Natal / RN  
**Título:** Sinalização turística alavanca atividades no interior do Rio Grande do Norte **Impacto:** Neutro  
**Link:** <https://nominuto.com/noticias/turismo/omissao-ao-turistica-alavanca-atividades-no-interior-do-rio-grande-do-norte/210876>

## Sinalização turística alavanca atividades no interior do Rio Grande do Norte

Programa está beneficiando 50 municípios potiguares com um investimento de R\$ 3,7 milhões.

Da redação, 17 de dezembro de 2020

Compartilhar 0 0  
 Tweetar 0 0



Serviço de sinalização é elaborado com a participação efetiva dos municípios para que os destinos realmente se beneficiem dessa ação.

Estimular o turismo no interior do Rio Grande do Norte é uma das prioridades da gestão da governadora e professora Fátima Bezerra. Além do litoral, há muito o que se explorar em paisagens de serras e caatingas, focando em atividades ao ar livre, no turismo religioso ou de aventura.

Nesse sentido, um dos importantes serviços que está em curso é o de sinalização turística, com a instalação de placas de orientação sobre os atrativos dos destinos mais visitados pelo estado afora. Indicar ao visitante onde estão equipamentos importantes como igrejas, barragens e museus é essencial para a formação de um destino turístico bem estruturado, colaborando para o crescimento das cadeias econômicas que cercam a atividade e levando renda para o interior.

O programa de sinalização turística está beneficiando 50 municípios potiguares com um investimento de R\$ 3,7 milhões abrangendo quatro dos cinco polos turísticos: Serrano (18 cidades), Costa Branca (10), Seridó (11) e Agreste-Trani (11). O montante é viabilizado pelo Projeto Governo Cidadão, por meio do acordo de empréstimo com o Banco Mundial. Ação colabora para que o Rio Grande do Norte torne mais competitiva essa sua vocação econômica natural, passando à frente de estados de mesmo porte e características que não dispõem dessa facilidade.

Cidades como Lucrécia e Almino Afonso já estão com a sinalização pronta. Em Pau dos Ferros, no Polo Serrano, por exemplo, foram sinalizados 14 atrativos ou pontos de interesse do turista, entre eles o Terminal Rodoviário, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e o Centro de Artesanato Maria Genúna Aires Rêgo.

### Costa Branca receberá sinalização

Em 2020, está em andamento o projeto de sinalização do Polo Costa Branca, no litoral Norte do estado – e que foi paralisado na gestão anterior. A execução do serviço é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Turismo (Setur) e conta com o montante de R\$ 1,3 milhão.

O secretário de Gestão de Projetos e Metas e coordenador do Governo Cidadão, Fernando Mineiro, destaca a importância da sinalização para “as riquezas da Costa Branca, como o grande potencial turístico das Dunas do Rosado, as paisagens nas quais o sertão chega ao mar”, Areia Branca, Galinhos, Grossos, Guamarê, Macau, Mossoró, Porto do Mangue, São Rafael, Serra do Mel e Tibau são as cidades beneficiadas.

“O turismo é essencial para o desenvolvimento do estado e nossa meta é torná-lo cada vez mais sustentável. A instalação dessas placas está sendo um marco importante dos avanços que estamos conseguindo promover nesta gestão”, diz Ana Maria Costa, titular da Setur.

Solange Portela, Subsecretária de Políticas e Gestão Turística da Setur, lembra que “a sinalização dos destinos contribui para a satisfação do turista e para o deslocamento com segurança entre as cidades, o que colabora para boa avaliação do destino e faz com que o visitante divulgue bem o nosso estado”.

### Beneficiado pela sinalização

Entremeadada por serras de mata verdejante, mirantes e até uma pequena cachoeira, a cidade de Portalegre chega a receber mais de mil visitantes em um fim de semana típico. A informação é de Jocélio Queiroz, um dos empreendedores que aposta nesses atrativos, aliados ao clima ameno local, para manter o seu negócio na área de hospedagem e alimentação. Para ele, a sinalização instalada nos principais pontos de visitação do município “foi importante para a profissionalização do turismo na região, atividade que só fez crescer, graças a Deus”.

O serviço é elaborado com a participação efetiva dos municípios para que os destinos realmente se beneficiem dessa ação e que o Rio Grande do Norte possa ir se destacando, já que a falta de placas indicativas dos atrativos é um problema que se vê em todo o país. A ação é apoiada, ainda, em pesquisas do Ministério do Turismo e da Embratur que apontam a falta de sinalização como um entrave a ser superado em busca da competitividade turística.

### Investimento por polo:

Serrano - R\$ 1.248.836,22

Agreste-Trani - R\$ 509.864,05

Seridó - R\$ 881.765,07

Polo Costa Branca - R\$ 1.351.718,15

Total: R\$ 3.792.182,49

**Veículo:** G1 RN – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 17/12/20 – **Cidade/UF:** RN  
**Título:** Natal cai nove posições e tem 40º maior PIB entre municípios **Impacto:** Neutro  
**Link:** <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/12/17/natal-cai-nove-posicoes-e-tem-40o-maior-pib-entre-municipios-brasileiros.ghtml>

## Natal cai nove posições e tem 40º maior PIB entre municípios brasileiros

Com R\$ 23,8 bilhões, capital potiguar tem o sexto maior PIB entre os municípios da região Nordeste.

Por G1 RN

17/12/2020 14h36 - Atualizado 2020-12-17T18:17:30:175Z

1 de 2Entre as capitais do Nordeste, Natal ocupa o quinto lugar — Foto: Diego Simonetti/Blog do Major

Entre as capitais do Nordeste, Natal ocupa o quinto lugar — Foto: Diego Simonetti/Blog do Major

Natal perdeu nove posições no ranking do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios entre 2017 e 2018. Com R\$ 23,8 bilhões, a capital potiguar tem o 40º maior PIB do país em 2018 - no ano anterior, ocupava o 31º lugar. O levantamento foi elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (Idema).

**Entre os 100 maiores PIBs municipais, apenas Natal representa o Rio Grande do Norte no ranking. O PIB natalense corresponde a 0,34% de tudo que municípios brasileiros produzem.**

Das capitais do Nordeste, Fortaleza (R\$ 67 bilhões), Salvador (R\$ 63 bilhões), Recife (R\$ 52 bilhões) e São Luís (R\$ 33 bilhões) superaram Natal.

Camaçari, na Bahia, com R\$ 23.822 bilhões, também está à frente da capital potiguar, que tem o sexto maior PIB entre os municípios da região Nordeste.

2 de 2Municípios que superaram Natal no ranking do PIB em 2018 — Foto: IBGE

Municípios que superaram Natal no ranking do PIB em 2018 — Foto: IBGE

O Produto Interno Bruto (PIB) é o total de bens e serviços finais de um país, estado ou município. Também pode ser explicado como a soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos sobre produtos e serviços.

**Os 167 municípios potiguares juntos somaram R\$ 66,9 bilhões de PIB.**

### Mais números

- Mossoró (R\$ 6,5 bilhões), na 23ª posição, e Parnamirim (R\$ 5,1 bilhões), na 28ª, estão entre os 30 maiores PIBs do Nordeste.
- O Rio Grande do Norte tem cinco municípios entre os 30 menores PIBs da região: Viçosa (R\$ 17,2 milhões) é o terceiro menor; João Dias (R\$ 21,6 milhões), o 11º; Monte das Gameleiras (R\$ 24,5 milhões) fica em 24º lugar; Francisco Dantas (R\$ 25,1 milhões), em 28ª; e Taboleiro Grande (R\$ 25,5 milhões), na 29ª posição.
- Natal, Mossoró, Parnamirim, Macalba e São Gonçalo do Amarante são responsáveis por 57,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Norte.
- Em valores absolutos, os municípios com cinco maiores PIBs geraram R\$ 38,5 bilhões em 2018. O grupo também concentra 46,2% da população potiguar.



**Veículo:** Blog do FM – **Tipo de Mídia:** Blog – **Data:** 17/12/20 – **Cidade/UF:** RN  
**Título:** Comissão da ALRN aprova projeto de lei que cria cartão digital de vacinação **Impacto:** Neutro  
**Link:** <https://blog.flaviomarinho.com.br/comissao-da-alrn-aprova-projeto-de-lei-que-cria-cartao-digital-de-vacinacao>

Política

# Comissão da ALRN aprova projeto de lei que cria cartão digital de vacinação

17 de dezembro de 2020 às 17:15 • Comentar

FOTO:  
ASSESSORIA

Os membros da Comissão de Administração, serviços públicos e trabalho da Assembleia Legislativa reuniram-se nesta quinta-feira (17) para a 8ª reunião de comissão ordinária. Na ocasião, apreciaram e aprovaram projetos que atendem aos familiares das vítimas da Covid-19, as mulheres vítimas do câncer e cria o cartão digital de vacinação no Rio Grande do Norte.

“São projetos importantes que refletem diretamente na vida dessas pessoas vitimizadas e que precisam de políticas públicas que protejam suas atuais condições”, disse o presidente da Comissão, Francisco do PT.

As matérias aprovadas a unanimidade foram as seguintes: de autoria do deputado Ubaldo Fernandes (PL), o projeto de lei Nº 384/2019, que cria o cartão digital de vacinação no Rio Grande do Norte e o projeto de lei Nº 235/2020, que institui o programa de humanização e acolhimento aos familiares das vítimas do Covid-19.

De autoria do deputado Coronel Azevedo (PSC), foi aprovado o projeto de lei Nº 273, que institui a política de atendimento multidisciplinar acolhedor e terapêutico para mulheres que sofreram mastectomia e fazem quimioterapia e radioterapia em virtude do câncer.

A última matéria aprovada pela Comissão foi o projeto de lei Nº 22/2020 que dispõe sobre a criação, manejo e exposição de aves da Raça Mura – Galo de Combate, no Rio Grande do Norte.

Os projetos seguem a tramitação na Casa Legislativa até chegar ao plenário para análise e aprovação dos deputados estaduais.

**Veículo:** G1 RN – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 17/12/20 – **Cidade/UF:** RN

**Título:** Bodó tem maior PIB per capita entre municípios do Rio Grande do Norte **Impacto:** Neutro

**Link:** <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/12/17/bodo-tem-maior-pib-per-capita-entre-municipios-do-rio-grande-do-norte.ghtml>

## Bodó tem maior PIB per capita entre municípios do Rio Grande do Norte

Município da região Seridó tem PIB per capita de R\$ 142.806,47. Veja lista com as 10 primeiras cidades do estado

Por G1 RN

17/12/2020 17h26 / Atualizado 2020-12-17T20:26:34.258Z

1 de 2 Sete dos 10 municípios com maiores PIBs per capita do RN têm energia eólica como força da economia — Foto: Pexels

Sete dos 10 municípios com maiores PIBs per capita do RN têm energia eólica como força da economia — Foto: Pexels

O ranking do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios em 2018, divulgado nesta quinta-feira (17) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que Bodó tirou de Guamaré o posto de maior PIB per capita do Rio Grande do Norte. Com uma população de 2.250 pessoas em 2018, o PIB per capita de Bodó chegou a R\$ 142.806,47.

### • Natal cai nove posições e tem 40º maior PIB entre municípios brasileiros

De acordo com o levantamento, o grupo de atividades "eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação" é o que mais contribui para a economia bodoense.

**Bodó, que fica a 188 km de Natal, na região Seridó, tem o maior PIB por pessoa entre os municípios do Rio Grande do Norte e o 32º do Brasil.**

Guamaré, que liderava o ranking, passou a ter o segundo maior PIB per capita do RN, com R\$ 90.678,84.

Segundo o IBGE, no Brasil, o PIB por pessoa é de R\$ 33.593,82. Para obter esse resultado, divide-se o total do PIB pelo número de habitantes do país, estado ou município.

### Energia eólica

Os 10 maiores PIBs per capita do RN são: Bodó, Guamaré, Parazinho (R\$ 85.197,08), São Bento do Norte (R\$ 71.914), Pedra Grande (R\$ 65.310,13), São Miguel do Gostoso (R\$ 44.082,85), Alto do Rodrigues (R\$ 33.684,54), Pendências (R\$ 32.065,62), Arês (R\$ 31.547,93) e João Câmara (R\$ 29.598,28).

Sete destes municípios têm economias baseadas em "eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação", com destaque para a energia eólica. Outros dois municípios se destacam pela produção de camarão - Pendências e Arês - e apenas Guamaré ainda representa a indústria do petróleo nesse ranking.

2 de 2 São Miguel do Gostoso está entre os 10 maiores PIBs per capita do RN — Foto: Augusto César Gomes

São Miguel do Gostoso está entre os 10 maiores PIBs per capita do RN — Foto: Augusto César Gomes

**Veículo:** Blog da Juliska – **Tipo de Mídia:** Blog – **Data:** 17/12/20 – **Cidade/UF:** Natal / RN  
**Título:** Projeto que obriga intérprete de libras em telejornais é aprovado em Comissão **Impacto:** Neutro  
**Link:** <https://www.blogdajuliska.com.br/projeto-que-obriga-interprete-de-libras-em-telejornais-e-aprovado-em-comissao>



## Projeto que obriga intérprete de libras em telejornais é aprovado em Comissão

Os membros da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte reuniram-se nesta quarta-feira (16), na última reunião de 2020, para apreciação e aprovação do Projeto de Lei Nº 258/2020, de autoria do deputado estadual Hermano Moraes (PSB) que institui a inclusão de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras), nos telejornais, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte e nas propagandas e programas institucionais do Governo do Estado.

“Reconhecemos uma matéria extremamente oportuna, consistente, pertinente por estar em consonância com o sistema constitucional e legal, criado no País para a proteção de pessoas com deficiência”, disse a relatora da matéria, deputada Eudiane Macedo (Republicanos).

A deputada Isolda Dantas (PT), membro da comissão, destacou a importância do projeto e parabenizou o autor, deputado Hermano Moraes. “Cada dia mais é necessário que os poderes deixem exemplo de acessibilidade. Quero parabenizar o deputado Hermano pela iniciativa do projeto”, disse.

Já a deputada Cristiane Dantas (SDD) ressaltou o quanto o projeto reflete na vida das pessoas com deficiência. “Um projeto muito importante e de inclusão. É pela igualdade e pelo direito a informação e respeito a todos”, disse a presidente da Comissão.

O projeto já foi aprovado em outras comissões e agora segue a tramitação até chegar em plenário para análise e aprovação dos parlamentares.

**Veículo:** Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 18/12/20 – **Cidade/UF:** Natal / RN – **Imagem:** 1/2  
**Título:** Lições da Alemanha **Impacto:** Positivo  
**Link:** <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/lia-a-es-da-alemanha/498293>

## Lições da Alemanha

Publicação: 2020-12-18 00:00:00

**Antonio Roberto Rocha**

[antonioroberto@tribunadonorte.com.br](mailto:antonioroberto@tribunadonorte.com.br)

Foi realizada na terça-feira passada (15) a reunião anual para apresentação das ações executadas dentro do Projeto Verena - parceria internacional de cooperação entre o Sistema Fecomércio RN, por meio do Senac e o governo da Renânia-Palatinado, com execução através da Câmara de Comércio de Trier (EIC Trier), na Alemanha.

O encontro teve formato on-line e reuniu o presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz; o coordenador de projetos da Câmara de Comércio e Indústria de Trier (EIC Trier), Matthias Fuchs; o consultor de longo prazo da Câmara do Comércio e Indústria de Trier, Andreas Dohle; o cônsul honorário da Alemanha no RN, Axel Geppert; além de representantes do Governo do Estado, Prefeitura de Natal, Prefeitura de São Miguel do Gostoso, Prefeitura de Tibau do Sul, Prefeitura de Parnamirim, Prefeitura de Serra de São Bento e classe empresarial do setor turístico.

Cinco pilares - Com o objetivo de promover o crescimento econômico no setor de turismo e hospitalidade no estado do Rio Grande do Norte, o Projeto Verena é executado com base em cinco pilares: certificação por competência, baseada no Sistema Dual de Ensino; desenvolvimento e aperfeiçoamento de cursos nas áreas de turismo e hospitalidade; consolidação do Hotel-Escola Senac Barreira Roxa como centro educacional e hotel de excelência e sustentável; consolidação de plataformas de diálogo voltados ao desenvolvimento do turismo nos âmbitos estadual e local; e implementação do Programa de Desenvolvimento Econômico Local – DEL Turismo.

“Apesar do ano atípico, conseguimos dar andamento com todo o planejamento do Projeto Verena e hoje comemoramos resultados, entre eles a projeção internacional que o DEL Turismo trouxe aos municípios parceiros, como São Miguel do Gostoso, Tibau do Sul e Parnamirim, escolhidos entre os 100 destinos mais sustentáveis no mundo pela fundação holandesa Green Destinations”, salientou o presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

Mais seis meses - Diante dos imprevistos causados pela pandemia em 2020, o coordenador de projetos da Câmara de Comércio e Indústria de Trier (EIC Trier), Matthias Fuchs, anunciou que irá solicitar a prorrogação por mais seis meses do Verena. “Oficialmente o projeto se encerra em outubro do próximo ano, mas irei solicitar a prorrogação por mais seis meses, tendo em vista tantos resultados favoráveis, apesar do ano difícil”, revelou Fuchs.

**Veículo:** Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 18/12/20 – **Cidade/UF:** Natal / RN – **Imagem:** 2/2

**Título:** Lições da Alemanha

**Link:** <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/lia-a-es-da-alemanha/498293>

#### **Pipa e Gostoso tentam nova premiação**

Após serem reconhecidos pela fundação internacional Green Destinations como um dos 100 destinos turísticos do mundo que executam práticas sustentáveis, os municípios de São Miguel do Gostoso e Tibau do Sul foram indicados para o Green Destinations Stories Awards, premiação que destaca histórias inspiradoras de boas práticas de turismo renovado e reestruturado. Os dois destinos vão apresentar seus cases na ITB de Berlim 2021.

Considerada uma das principais feiras do setor, a ITB de Berlim é a principal plataforma de negócios para produtos turísticos globais, reunindo cerca de 10 mil expositores de 180 países e 160 mil visitantes. Essa é a primeira vez que municípios brasileiros são indicados para concorrer no evento. Os destinos vencedores serão divulgados em cerimônia de premiação durante a feira, que em 2021 acontecerá virtualmente entre 9 e 12 de março.

Santuário ecológico - Indicado na categoria Meio Ambiente e Clima, Tibau do Sul irá apresentar o case de boas práticas no Santuário Ecológico de Pipa. Já São Miguel do Gostoso, indicado na categoria Ilhas e Litoral, poderá apresentar o case sobre a execução do Curso do Senac do Turismo de Base Comunitária. Além dos dois representantes potiguares, o município de Rolante-RS também foi indicado na categoria Natureza e Ecoturismo.

Tibau do Sul e São Miguel do Gostoso são participantes do DEL Turismo – programa desenvolvido pelo Sistema Fecomércio RN, por meio do Senac, em parceria com a Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC) e do Instituto Educacional da Economia Bávara da Alemanha (BBW), para elaborar e implementar um modelo de gestão focado no desenvolvimento sustentável do turismo local.

#### **RN investe em inteligência de mercado**

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Empresa Potiguar de Promoção Turística (Emprotur), anuncia inédita colaboração com a ForwardKeys, companhia de dados turísticos baseada em Valência, na Espanha. A parceria coloca o Rio Grande do Norte em posição pioneira no que diz respeito ao recebimento de informações estratégicas sobre tendências do setor de viagens e inteligência de negócios.

O Rio Grande do Norte vai marcar o início das atuações da ForwardKeys no Brasil. A empresa tem uma longa tradição no mercado internacional, sendo há muito uma fonte confiável para clientes no turismo e no campo da Organização de Gestão de Destinos (DMO), com uma ampla rede de contatos na Ásia, África, Europa e América Latina.

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Empresa Potiguar de Promoção Turística (Emprotur), anuncia inédita colaboração com a ForwardKeys, companhia de dados turísticos baseada em Valência, na Espanha. A parceria coloca o Rio Grande do Norte em posição pioneira no que diz respeito ao recebimento de informações estratégicas sobre tendências do setor de viagens e inteligência de negócios.

O Rio Grande do Norte vai marcar o início das atuações da ForwardKeys no Brasil. A empresa tem uma longa tradição no mercado internacional, sendo há muito uma fonte confiável para clientes no turismo e no campo da Organização de Gestão de Destinos (DMO), com uma ampla rede de contatos na Ásia, África, Europa e América Latina.

**Veículo:** Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/12/20 – **Cidade/UF:** Natal / RN  
**Título:** Meta é imunizar todo o País em 2022 **Impacto:** Neutro  
**Link:** <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/meta-a-imunizar-todo-o-paa-s-em-2022/49>  
8313

4 Natal - Rio Grande do Norte  
Sexta-feira, 18 de dezembro de 2020

política

# Meta é imunizar todo o País em 2022

## « COVID-19 » Governo federal estima conseguir, até a metade de 2022, imunizar toda a população brasileira. Previsão é de vacinar no primeiro semestre de 2021 grupos prioritários

O governo federal estima conseguir, até a metade de 2022, imunizar toda a população do Brasil. Embora ainda não haja uma data precisa para o começo da campanha, a previsão é de vacinar no primeiro semestre de 2021 grupos prioritários, que somam 49,6 milhões de pessoas, como profissionais de saúde e idosos. Essa etapa deve durar quatro meses. O restante da população, segundo o plano nacional de imunização, será imunizado nos 12 meses seguintes.

O governo federal ainda negocia a compra de vacinas e até de seringas para a campanha. Após meses de brigas com o governo de São Paulo, de João Doria, o Ministério da Saúde prevê a compra de pelo menos 40 milhões de doses da Coronavac, sendo que 5 milhões já seriam entregues em janeiro, segundo afirmou ontem o ministro Eduardo Pazuello. Em outubro, quando as negociações começaram, o presidente Jair Bolsonaro chegou a vetar a aquisição do produto da chinesa Sinovac em reportagem ao Instituto Butantã.

Após participar de audiência no Senado ontem, Pazuello afirma que o Brasil não está atrasado, mas "na vanguarda" do processo de imunização. Ele calcula que a aplicação deve começar em "meados de fevereiro".

### Prioritários

Como não há ampla oferta de vacinas, o ministro afirma que o objetivo principal da campanha passa a ser reduzir a morbidade e mortalidade pela covid-19 em grupos prioritários. Para se atingir a "imunidade de rebanho", diz o documento, mais de 70% da população terá de ser vacinada.

O cronograma de vacinação dos grupos prioritários, no entanto, foi montado a partir da previsão de doses disponíveis em 2021 da vacina de Ox-



Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello disse que o Brasil não está atrasado, mas "na vanguarda" do processo de imunização

“Estamos realmente com as previsões prontas. Mas temos de ter em mente que estamos presos à entrega e ao registro.”

EDUARDO PAZUELLO  
Ministro da Saúde

ford/AstraZeneca - o que ainda está por ser confirmado.

A ideia é distribuir 100,4 milhões de doses até julho e mais cerca de 110 milhões no restante do ano. Essas fases devem imunizar 49,65 milhões de pessoas com 104,26 milhões de doses. Mas o governo admite atrasos no desenho e ampliar os grupos prioritários quando houver disponibilidade e cronograma de entrega.

Na audiência no Senado, o ministro ainda repetiu que a Fiocruz deve entregar mais de 200 milhões de doses da vacina de Oxford/AstraZeneca em 2021. No plano nacional de imunização contra a covid-19 apresentado nesta quarta-feira, 16, o governo afirma que terá mais de 350 milhões de doses de vacinas em 2021, sendo que a imunização exige a aplicação em d-

uas etapas.

Pelo calendário da pasta, além das 24,5 milhões de doses em janeiro, a previsão é receber outras 37,2 milhões em fevereiro, sendo 500 mil da Pfizer, 15,2 milhões da AstraZeneca/Oxford e 22 milhões de Butantã. Em março, 31 milhões. “A partir daí equilibra o número”, disse Pazuello, sem detalhar o cronograma.

Após estimar o início da vacinação em fevereiro, Pazuello voltou a condicionar a data ao registro de uma vacina pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). “Estamos realmente com as previsões prontas. Temos de ter em mente que estamos presos à entrega e ao registro”, disse. No plano nacional, a ideia é vacinar os grupos prioritários ainda no primeiro semestre.

Em nota divulgada ontem, o

Ministério da Saúde negou que está definido o começo da vacinação no fim de janeiro. A previsão foi citada ontem por governadores da oposição que se reuniram com Pazuello. “O Ministério da Saúde esclarece que não está-lhees qualquer data para o início da vacinação contra a covid-19 no Brasil. Isso porque não existe sequer pedido de registro realizado por nenhum laboratório junto à Anvisa. Assim, as notícias veiculadas que citam o dia 21 de janeiro como uma possível data para o início da campanha de imunização não são verdadeiras. A desinformação não contribui e apenas confunde a população brasileira. Por isso, enfatiza-se a importância de os cidadãos, a imprensa e os formadores de opinião acompanharem atentamente os canais oficiais do Ministério da Saúde.”

## Rede privada receberá vacinas só depois do SUS

O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, disse nesta quinta-feira, 17, que clínicas privadas só devem obter vacinas contra a covid-19 após a rede pública de saúde receber o devido quantitativo de doses necessárias. “Claro que precisa comprar também no privado, mas com prioridade para o SUS, com precedência ao nosso programa nacional, que é para todos”, disse o ministro em audiência pública no Senado.

Pazuello afirmou que a importação para o setor privado será autorizada pelo governo, mas dependerá do registro de imunizantes na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), além da entrega de doses pelos fabricantes. No caso de vacinas que tiverem a autorização emergencial, apenas o sistema público pode utilizá-las.

Segundo a Associação Brasileira de Clínicas de Vacinas (ABCVCV), a previsão mais otimista para a rede privada receber estes imunizantes é entre o segundo semestre de 2021 e o primeiro de 2022. O presidente da associação, Geraldo Barbosa, disse ao Estadão no começo de dezembro que não há previsão de vendas a curto prazo. “Somente num segundo momento, quando houver um excedente de produção, será aberta a negociação com o mercado privado”, explicou Barbosa. “É isso está certo. A atitude correta é priorizar quem mais precisa da vacina.”

Em plano de imunização

“Claro que precisa comprar também no privado, mas com prioridade para o SUS.”

EDUARDO PAZUELLO  
Ministro da Saúde



Ministério da Saúde admite comprar a vacina produzida pelo Instituto Butantã e Sinovac

## MP destina R\$ 20 bi para vacinação

Assinado na manhã de ontem pelo presidente Jair Bolsonaro, a Medida Provisória que abre crédito extraordinário de R\$ 20 bilhões para vacinação contra a covid-19 foi publicada por volta do meio-dia em edição extra do Diário Oficial da União. O crédito será aberto em favor do Ministério da Saúde e deverá cobrir as despesas com a compra das doses de vacina, seringas, agulhas, logística, comunicação e todas as despesas necessárias para vacinar a população, esclareceu o Ministério da Economia, em nota.

O governo federal esclareceu que o montante não é destinado a nenhuma vacina específica e poderá ser utilizado em parceria com planejamento e necessidades da pasta da Saúde. “A me-

dia permitirá que as autoridades de saúde brasileiras fiquem em condições de adquirir as primeiras vacinas que tenham seu uso autorizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e que apresentem possibilidade de rápida disponibilização à população brasileira. O valor será financiado com o uso de superávit financeiro de exercícios anteriores”, diz a nota da Economia.

Por se tratar de crédito extraordinário, ele não depende da aprovação da Lei Orçamentária de 2021, mas a medida provisória precisa da confirmação do Congresso Nacional. Como é MP, os recursos já ficarão disponíveis imediatamente e poderão ser utilizados pela Saúde. Mais cedo, durante cerimô-

nia de posse do novo ministro do Turismo, Gilson Machado, quando assinou a MP, o presidente Bolsonaro reafirmou que o Brasil terá uma campanha de vacinação contra a covid-19 acessível para toda a população de forma “gratuita e voluntária”. “Já (está) acertado com a Saúde porque aqui, obviamente, todos os ministérios, todos os ministros, se falam. Tudo logo lembramos uma vacina certificada pela Anvisa, ela estará à disposição de todos no Brasil de forma gratuita e voluntária”, afirmou Bolsonaro no discurso no Planalto, separando em sílabas a palavra “vo-lun-tá-ria”.

PÁGINA 4  
Suprema autoriza vacinação obrigatória.

TRIBUNA DO NORTE

« RIO DE JANEIRO »

## Cidadania vai acionar Conselho contra Fernando Cury por assédio

O partido Cidadania afirmou neste de ontem que acionará o Conselho de Ética da legenda contra o deputado estadual Fernando Cury, acusado de assediar a deputada Isis Pinna (PSOL) durante sessão da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). O ato foi flagrado em vídeo.

“Com relação ao episódio envolvendo o deputado estadual Fernando Cury, o Cidadania analisando as imagens, exige as devidas explicações do parlamentar e encaminha o caso ao nosso Conselho de Ética, para que o vídeo seja apresentado, sejam tomadas as providências cabíveis e efetivas”, afirmou Cidadania. “Alegria não tolera qualquer forma de assédio e atuara fortemente para que medidas definitivas sejam adotadas. Temos uma história de luta em defesa dos direitos da mulher que nenhuma pessoa pode macular”. A nota foi assinada pelos presidentes estadual e nacional da legenda, Arnaldo Jardim e Roberto Freire, respectivamente.

O episódio foi transmitido ao vivo pelo canal da Alesp no YouTube e ocorreu na quarta, 16. Nas imagens, Isa Pinna é vista conversando com o presidente da Casa, Cássio Maricá (PSDB), quando Cury se aproxima da Mesa Diretora, se posiciona atrás da deputada e coloca a mão na lateral de seus seios. Isa empurra o deputado para afastá-lo sem sucesso.

Nas redes sociais, Isa afirmou que registrou um boletim de ocorrência sobre o episódio e fará uma representação contra Cury. “Agentei a violência política e institucional a todo momento contra as mulheres. Que dá o direito a alguém de encostar em uma parte do meu corpo íntimo”, escreveu a deputada.

Fernando Cury afirmou que está “constringido” e “triste” e se desculpa pelo que chamou de “abuso”.

« ELEIÇÃO »

## Bolsonaro diz que não vai interferir no Congresso

O presidente Jair Bolsonaro fez um aceno ao MDB na disputa pelo Senado durante cerimônia de posse do novo ministro do Turismo, Gilson Machado, e manifestou mais uma vez a expectativa de avançar com projetos de seu interesse após a troca do comando do Legislativo, em fevereiro.

Presentes na cerimônia, os senadores Eduardo Braga (MDB-AM), Eduardo Gomes (MDB-TO) e Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) foram chamados pelo chefe do Planalto de “os três mosqueteiros”. Braga, Gomes e Bezerra, além dos senadores Simone Tebet (MDB-MS), disputam a indicação do MDB para a sucessão do presidente Fernando Collor (DEM-AP).

Bolsonaro afirmou que não vai interferir na disputa do Congresso, apesar de fazer movimentos na Câmara para favorecer o deputado Arthur Lira (PP-AL) e derrotar o grupo de Rodrigo Maia (DEM-RJ). No Senado, além de conversar com o MDB, o presidente é próximo de Flávio Alencastre e quer ter apoio para Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Nas cerimônias, Bolsonaro defendeu mudanças na lei para facilitar a exploração turística de áreas ambientais. Anteriormente, ele havia afirmado que pretendia levar ao Congresso o projeto de decreto de extinção de áreas parquais em serviço.

**Veículo:** Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/12/20 – **Cidade/UF:** Natal / RN  
**Título:** STF dá aval para vacina obrigatória **Impacto:** Neutro  
**Link:** <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/stf-da-aval-para-vacinaa-a-o-obrigata-ria-contr-a-covid-19/498308>

# STF dá aval para vacina obrigatória

## « SUPREMO » Medida não significa vacinação à força, sem o consentimento do indivíduo, mas Estados e municípios podem impor restrições a quem se negar a tomar o imunizante

RAFAEL MORAES MOURA  
Agência Estado

Em um revés para o Plano Nacional de Vacinação, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem permitir a vacinação obrigatória contra a covid-19. Por 10 a 1, o tribunal entendeu que Estados e municípios podem decidir sobre a obrigatoriedade da imunização e até impor restrições para quem se recusar a ser vacinado. A medida não significa vacinação à força, sem o consentimento do indivíduo. O presidente Jair Bolsonaro, em discurso na Bahia, criticou a decisão e atribuiu a exigência a ditaduras.

O julgamento foi concluído em um momento em que Bolsonaro trava uma disputa política com governadores pelo protagonismo envolvendo a imunização da população. "O Estado pode, em situações excepcionais, proteger as pessoas mesmo contra a sua vontade. A vacinação é importante para a proteção de toda a sociedade, não sendo legítimas escolhas individuais que afetem gravemente direitos de terceiros. É legítimo impor o caráter compulsório de vacinas que tenham registro em órgão de vigilância sanitária e em relação às quais existam consenso médico-científico", disse o ministro Luiz Roberto Barroso, o segundo a votar no julgamento, iniciado na quarta-feira.

Entre os resultados que a expressão vacinação obrigatória não significa que alguém poderá ser imunizado à força. "O que ocorre nesse caráter compulsório é a possibilidade de a exigência da vacinação constituir condição para a prática de certos atos (como matrícula em escola) ou para a percepção de benefícios (con-

taúdo as medidas necessárias para proteger a todos da contaminação de um vírus perigoso", disse Marco Aurélio Mello concordando. "Vacinar-se é um ato solidário", disse.

Indicado ao STF pelo presidente Jair Bolsonaro, o ministro Nunes Marques concordou com os colegas na sentença de que Estados e municípios podem instituir a obrigatoriedade da vacinação a quem não cumpre os requisitos. Acabou isolado.

**Derrotas**  
Ao longo dos últimos meses, o Supremo tem imposto uma série de derrotas ao governo federal em questões referentes à pandemia. O STF já contrariou Bolsonaro ao garantir a Estados e municípios o direito de decretar medidas de isolamento social para combater a disseminação da covid-19. O tribunal também obrigou o Ministério da Saúde a divulgar, integralmente, os números de mortos e infectados pela doença.

Outro, em uma decisão inédita, o ministro Ricardo Lewandowski autorizou governadores e prefeitos de todo o País a adquirir vacinas registradas por autoridades sanitárias estrangeiras, caso a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) não dê aval ao imunizante dentro de um prazo de 72 horas. Mas a medida só poderá ser tomada em caso de descumprimento do plano nacional de vacinação por parte do governo federal e não vale para os pedidos emergenciais – o imunizante da Pfizer, por exemplo, obteve apenas este aval nos EUA e no Reino Unido. (Colaboraram Mateus Vargas e Emily Behnik)

no recebimento de bolsa familiar), ou que sejam aplicadas penalidades em caso de descumprimento da obrigação. Qualquer condição ou sanção, para ser válida, deverá observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, estando sempre sujeita ao crivo judicial", frisou.

Em discurso em Porto Seguro, na Bahia, Bolsonaro comparou a vacinação ao tratamento contra o câncer. "Se o cara não quer ser tratado, que não seja. Eu não quero fazer uma quimioterapia e vou morrer, o problema é meu", disse o presidente. "Aqui não é Venezuela, aqui não é Cuba. E não temos ditadura aqui, como a imprensa chama de alardear. Não perseguir gays, não perseguir mulheres, não perseguir medievais, não perseguir negros, liberdade total."

Ao concordar com a vacinação compulsória contra a covid-19 no julgamento, o ministro Alexandre de Moraes destacou os efeitos da pandemia no Brasil, onde mais de 7 milhões de brasileiros já foram infectados. "A prevenção da doença, da saúde, seja individual, seja pública, em país como Brasil com quase 200 mil mortos pela covid-19, não permite os tratamentos desse tema, e por isso a importância dessa Corte defini-lo, não permite demagogia, hipocrisia, ideologias, obscurantismo, discussões políticas ideológicas e principalmente não permite inércia", afirmou Moraes.

Para a ministra Cármen Lúcia, a Constituição não garante liberdade a uma pessoa para a ser soberanamente egoísta. E o dever do Estado, mediante políticas públicas, reduzir riscos de doenças e outros agravos, ado-



Alexandre de Moraes defende a vacinação compulsória

## « JULGAMENTO » TJ de SP forma maioria por absolvição de Ricardo Salles

A 1ª Câmara Reservada do Tribunal de Justiça de São Paulo formou maioria para absolver o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, de uma condenação por improbidade administrativa. O ministro havia sido sentenciado em primeira instância por suposta irregularidade no Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tietê, em 2006, quando era secretário do então governador paulista Geraldo Alckmin (PSDB).

O julgamento do caso foi retomado na manhã de ontem, com placar de dois votos favoráveis e um contrário ao recurso de Salles contra decisão de primeira instância. O desembargador Rui Alberto Leme Cavalcante apresentou então seu voto ampliado para 3 a 1 o placar em favor da absolvição do ministro do Meio Ambiente. Assim como o desembargador Marcelo Martins Berthe, Rui acompanhou o entendimento do relator, o desembargador Nogueira Dufrenthaler, que rechaçou "imoralidade" de Ricardo Salles considerando que a interfeirência do então secretário no plano de zoneamento teve fundamentação técnica e científica.

Em seguida, o julgamento foi suspenso momentaneamente pela terceira vez e agora deve ser retomado somente em fevereiro. O desembargador Mauro Conti Machado, que também apresentaria seu voto nesta manhã, se declarou impedido. Dessa forma, o desembargador Paulo Cezar Ayrosa Monteiro foi convocado para analisar o caso.

## Estados poderão comprar sem autorização da Anvisa

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou governadores e prefeitos de todo o País a adquirir vacinas registradas por autoridades sanitárias estrangeiras, caso a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) não dê aval ao imunizante estrangeiro dentro de um prazo de 72 horas. A medida pode ser tomada em caso de descumprimento do plano nacional de vacinação por parte do governo federal.

"Com fundamento nas razões acima expostas, defino em parte acatada, ad referendum do Plenário do Supremo Tribunal Federal, para assentar que o Estado do Maranhão (I) no caso de descumprimento do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, (...) poderá dispensar à respectiva população as vacinas das quais disponha, previamente aprovadas pela Anvisa, e, se esta agência governamental não expedir a autorização competente, no prazo de 72 horas, poderá importar e distribuir vacinas registradas por autoridades sanitárias estrangeiras, caso a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) não dê aval ao imunizante estrangeiro dentro de um prazo de 72 horas. A medida pode ser tomada em caso de descumprimento do plano nacional de vacinação por parte do governo federal."



Lewandowski autorizou governadores a adquirirem vacinas registradas por órgãos estrangeiros

Ou seja, um governador não pode tomar essa iniciativa. O prazo normal da Anvisa para análise de registro de vacinas contra a covid-19 é de até 60 dias. O tempo pode cair, caso o fabricante tenha adotado a "submissão contínua" de documentos e já tenha entregue partes de seus estudos. Também se houver registro nas autoridades sanitárias citadas na lei. Registrada, a vacina pode ser distribuída em massa e até para a rede privada.

No caso de uso emergencial, a Anvisa estima que levará até 30 dias na análise. Esse tipo de aplicação emergencial só pode ser feito no SUS, em grupos restritos, como de idosos e profissionais de saúde. Não há ainda pedidos de registro de vacinas de uso emergencial à Anvisa.

Ações de Lewandowski tomou a mesma decisão em dois processos distintos: um do governo do Maranhão e outro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que fez o pedido para todos os Estados e municípios brasileiros.

## « DIAGNÓSTICO » Macron testa positivo e força isolamento de líderes mundiais

O presidente da França, Emmanuel Macron, de 42 anos, testou positivo para o novo coronavírus, levando vários líderes europeus a entrar em quarentena. Macron e vários de seus ministros, chefes de governo e autoridades de outros países que tiveram contato com ele passaram por um período de isolamento para evitar a propagação do vírus.

Segundo comunicado do Palácio de Eliseu, sede da presidência francesa, Macron foi submetido a um teste RT-PCR ao apresentar os primeiros sintomas, o que confirmou o diagnóstico. O presidente cancelou os compromissos presenciais e permanecerá em isolamento por sete dias, trabalhando de forma virtual. Macron tinha prevista uma viagem nesta-feira ao Edo, onde ele tem liderado esforços internacionais para resolver uma profunda crise política.

O diagnóstico causou uma mudança na agenda. Vários líderes mundiais que estavam em um encontro com o presidente francês nos últimos dias anunciaram que entrarão em "isolamento preventivo", como os primeiros ministros de Portugal, António Costa de Luxemburgo, Xavier Bettel, e da Bélgica, Alexander De Croo. Segundo o governo do Edo, outros autoridades francesas, também confirmaram a adoção do isolamento social o primeiro-ministro francês, Jean Castex, e o presidente da Assembleia Nacional, Richard Ferrand.

## Há uma clara e forte tendência de crescimento de casos.

MARIA BETA DOMALÉSD  
Médica epidemiologista da Unicamp

Um aumento no número de casos de covid-19 é muito importante, mas não é suficiente para que não interfira na incidência da doença e no número de casos. É o caso de já pensarmos no fechamento desses locais onde a disseminação é maior, como festas, bares, shows, assembleias nas praças, viagens etc., observa.

## Brasil volta a registrar mil mortos em um dia

O Brasil voltou a registrar ontem mais de mil mortes pela covid-19 em apenas 24 horas, o que não ocorreu desde setembro. O avanço de infectados, de internações e de óbitos ocorre no momento em que se multiplicam as mortes de mais idosos e grávidas. Mais de 50% da população mantém o isolamento social. Especialistas esperam ainda uma explosão de casos após o fim do período de férias.

Pouco no último balanço de mortes e reposição de dados de São Paulo ocorrido ontem, em que o Estado não somou dados na plataforma do Ministério da Saúde – e registrou 399 óbitos

de uma só vez ontem. Mas, nos dois dias anteriores, o total de registros em um dia já havia ficado acima de 900, segundo o Conselho de Estado, Gi, O Globo, Extra, Folha e UOL, que coleta dados das secretarias de saúde.

A alta tem sido marcada pelo Sul (mais informações nesta página) e o Sudeste. A tendência crescente de vítimas vai no contramão do discurso do presidente Jair Bolsonaro, que chegou a citar semana passada que estamos no "finalzinho" da pandemia. Já os indicadores de isolamento são verificados diariamente pelo Monitor Estadão/In loco. Desde

o início da pandemia, a maior taxa média de isolamento foi registrada em 22 de março, quando foram adotadas as medidas mais rígidas por governadores e prefeitos: 62,2% dos brasileiros estavam recolhidos em suas casas.

No mês de maio, são 35,8% de isolamento, segundo o Conselho de Estado. O pedido à Anvisa para importar e distribuir uma vacina já registrada em outro país só pode ser feito pelas fabricantes.

Outro, em uma decisão inédita, o ministro Ricardo Lewandowski autorizou governadores e prefeitos de todo o País a adquirir vacinas registradas por autoridades sanitárias estrangeiras, caso a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) não dê aval ao imunizante dentro de um prazo de 72 horas. Mas a medida só poderá ser tomada em caso de descumprimento do plano nacional de vacinação por parte do governo federal e não vale para os pedidos emergenciais – o imunizante da Pfizer, por exemplo, obteve apenas este aval nos EUA e no Reino Unido. (Colaboraram Mateus Vargas e Emily Behnik)

**Veículo:** Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/12/20 – **Cidade/UF:** Natal / RN  
**Título:** PIB da construção civil deve crescer 4% em 2021 **Impacto:** Neutro  
**Link:** <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/pib-da-construa-a-o-civil-deve-crescer-4-em-2021/498305>

## economia

TRIBUNA DO NORTE

**EURO TURISMO**  
Renda: R\$ 4,45

**TELEFONES 010S**  
Renda: R\$ 122-129  
Proxim. Litauá: 322-4899  
Proxim. Municipal: 322-9059  
081 FAX: 3226-2002

**SALÁRIO-MÍNIMO**  
R\$ 1.045,00  
**TAXA SELIC**  
2,00%

**NA TV ONLINE**  
Qual a programação da Rádio  
Jovem Povo News Natal na frequência  
91,3 FM

Editor: Margareth Grilo Inaugur@tribunadonorte.com.br

## PIB da construção civil deve crescer 4% em 2021

« CBIC » Se confirmada a projeção da CBIC, será o maior crescimento desde 2013 (4,5%). Construção deve fechar 2020 com retração de 2,5%

O setor da construção civil está "otimista" para 2021, mas mantém uma postura conservadora pelo fator de desabastecimento e de elevação de preços, afirmou nesta quinta-feira (17), o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins. A expectativa é de que o PIB da construção civil cresça 4% no próximo ano. Se for confirmado, será o maior crescimento do setor desde 2013, quando o PIB avançou 4,5%. Os números foram divulgados nesta quinta-feira (17) em balanço da CBIC sobre o ano de 2020, junto às perspectivas para 2021.

A expectativa é de que a construção civil feche o ano com uma retração de 2,8% no PIB. Martins destacou que, em março, o setor esperava uma queda de até 11%. "No entanto, vamos chegar ao final, em nossas estimativas, com uma projeção de apenas 2,8% negativo e cerca de 100 mil novos postos de trabalho", disse Martins.

Por sua vez, segundo a CBIC, as atividades do setor estão 36% inferiores ao pico observado no início de 2014. "O PIB da Construção Civil do 3º trimestre/20 está no mesmo patamar do observado no início do ano de 2007. A Construção está com o patamar de atividades 4,5% me-



Patamar de atividades da construção está 4,5% menor que o observado no último trimestre de 2019

nor do que o observado no último trimestre de 2019, portanto no período pré-pandemia", apontou a entidade. Depois de apresentar retração de 8,1% no 2º trimestre, a construção civil registrou crescimento de 5,6% no 3º trimestre do ano. Foi a maior alta registrada em um trimestre pelo setor desde o início de 2014.

Para o próximo ano, Martins destacou a importância da manutenção da taxa de juros bai-

xa, com a necessidade de aprovação de reformas, como a tributária, a administrativa e a nova lei de licenciamento ambiental. Ele afirma que a maior ameaça para 2021 continua sendo o problema do desabastecimento e a elevação de preços enfrentada neste ano na construção civil. Ele destacou que os valores continuam subindo e que isso impacta diretamente nos contratos do setor. "Aí entra com todos desajustes, busca de reequilíbrio, que

são custosos, novos prazos atrasam cronograma", alertou o presidente da CBIC.

A entidade destacou que de janeiro a novembro, o custo com materiais e equipamentos, dentro do INCC/FGV, registrou alta de 17,72%. Esta é a maior alta para o período da era Pós-Real. De janeiro a maio o custo com materiais e equipamentos, componente do INCC/FGV, aumentou 2,75%. Já de junho a novembro, a alta foi de 14,58%.

## Venda de imóveis sobe 23,7% no 3º trimestre do ano

O mercado imobiliário nacional registrou alta de 23,7% no volume de vendas de moradias e uma queda 10,5% no número de lançamentos no terceiro trimestre de 2020 quando comparados com o mesmo período de 2019, segundo pesquisa divulgada nesta quinta-feira, 17, pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Na mesma comparação, a oferta final registrou

queda de 13%.

Em relação ao segundo trimestre de 2020, os lançamentos registraram uma alta de 114,1%, enquanto que as vendas tiveram, na mesma comparação, aumento de 57,5%. Já em relação aos nove meses do ano, houve crescimento de 8,4% no volume de imóveis vendidos em relação ao mesmo período de 2019. Nos lançamentos, houve uma redu-

ção de 27,9% comparando os dois anos. A oferta final caiu 13% nessa mesma relação.

O presidente da CBIC, José Carlos Martins, destacou que, como em 2020 se vendeu mais imóveis, porém com menos lançamentos, o setor vai precisar "repor" o estoque no próximo ano com construções.

"Como vendemos mais em 2020 que em 2019, teremos

que produzir esses imóveis. Essa venda ainda não refletiu diretamente no PIB porque ele ainda vai ser construído. Vendemos mais, porém lançamos menos, quer dizer que no próximo ano teremos que repor estoque e construir o que vendemos a mais aqui", explicou o presidente da CBIC, José Carlos Martins, sobre as perspectivas para 2021.

## Têxtil deve crescer 8,3% em 2021

« INDÚSTRIA » A previsão para 2021 é de crescimento de 8,3% dos volumes de têxteis e de 23% em vestuário, alcançando faturamento de R\$ 381 bilhões, acima do patamar de 2019

Abit, entidade que representa a indústria têxtil nacional, projetou nesta quinta-feira (17), um crescimento de produção que, se confirmado, permitirá ao setor recuperar toda a perda de faturamento causada pela pandemia. A previsão para 2021 é de crescimento de 8,3% dos volumes de têxteis e de 23% em vestuário, levando o faturamento somado da indústria para R\$ 381 bilhões, o que significaria voltar ao patamar de 2019 (R\$ 379,3 bilhões).

O balanço da entidade, com dados relativos ao período de janeiro a outubro, mostra queda de

11,4% da produção de manufaturas têxteis e de 29,1% dos volumes de vestuário neste ano. Apesar do desempenho negativo, explicado pelos meses de fechamento das lojas de produtos não essenciais - caso dos artigos de vestuário -, a recuperação, reforçou o presidente da associação, Fernando Pimentel, tem sido mais "vigorosa" do que o esperado.

Pimentel, alertou, porém, ao risco trazido pela reescalada dos casos de contaminação de covid-19 ao quadro de reabertura da economia que fundamenta as previsões de crescimento. "Não sabemos o que uma segunda onda po-

de causar, como será a aplicação da vacina, mas tudo mostra que entramos em uma nova fase de restrição de mobilidade", comentou o executivo durante entrevista coletiva à imprensa.

"Os próximos 60 ou 90 dias serão críticos não só pelas questões políticas, mas principalmente, pelo desenrolar do recrudescimento da pandemia. Se ensaiar um lockdown fechamento rigoroso de atividades comerciais e não comerciais, esses números terão que ser revisados", comentou Pimentel, referindo-se às projeções de recuperação de vendas e empregos no ano que vem.

Pimentel disse que o estoque está chegando ao prep final praticado no varejo o aumento nos preços das matérias-primas, como o algodão, cuja cotação em dólar já saltou, desde abril de 53 centavos para 75 centavos. "Se compararmos Natal de 2020 contra Natal de 2019, os preços em geral, não ficam muito diferentes de um aumento de 3% a 5%", afirmou Pimentel, lembrando, na sequência, que o vestuário teve, na verdade, deflação de 1,7% no acumulado desde janeiro. O motivo, explicou, é que a vasta variedade de oferta permite ao setor substituir produtos para oferecer itens que caíam no bolso do consumidor.



**Veículo:** Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/12/20 – **Cidade/UF:** Natal / RN  
**Título:** No RN, cinco municípios concentram 57,5 do PIB **Impacto:** Neutro  
**Link:** <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/no-rn-cinco-municipios-concentram-57-5-do-pib/498300>

TRIBUNA DO NORTE

| geral

## No RN, cinco municípios concentram 57,5% do PIB

« IBGE » Em valores absolutos, os municípios com cinco maiores PIBs, que concentram 46,2% da população do RN, geraram R\$ 38,5 bi em 2018

Natal, Mossoró, Pamamirim, Macaíba e São Gonçalo do Amarante são responsáveis por 57,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Norte. Essa é a quarta maior concentração do Nordeste e a 11ª do Brasil quando se soma os cinco maiores PIBs municipais por Estado. Em valores absolutos, os municípios com cinco maiores PIBs geraram R\$ 38,5 bilhões. O grupo também concentra 46,2% da população potiguar. Os 167 municípios potiguares juntos somaram R\$ 66,9 bilhões de PIB em 2018. Essas são algumas informações do PIB dos municípios 2018 elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (Idema) do Rio Grande do Norte.

O estudo mostra ainda que, com R\$ 23,8 bilhões, Natal tinha o 40º maior PIB entre os municípios brasileiros em 2018. No ano anterior, a capital potiguar estava na 31ª posição. Dos nove municípios que superaram Natal em 2018, a única capital é Vitória-ES (R\$ 26,3 bilhões). Os três municípios que estão imediatamente à frente de Natal são: Camaçari-BA (R\$ 23,822 bilhões), São José dos Pinhais-PR (R\$ 24,1 bilhões) e Caxias do Sul-RS (R\$ 24,6 bilhões). Entre os cem maiores PIBs municipais, apenas a capital representa o Rio Grande do Norte no ranking. O PIB natalense corresponde a 0,34% do total dos municípios brasileiros.

O Produto Interno Bruto é o total de bens e serviços finais de um país, estado ou município. Também pode ser explicado como a soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescidas dos impostos sobre produtos e serviços.

No RN, os dez maiores PIBs per capita são: Bodó, Guamaré, Parazinho (R\$ 85.197,08), São Bento do Norte (R\$ 71.914), Pedra Grande (R\$ 65.310,13), São Miguel do Gostoso (R\$ 44.082,85), Alto do Rodrigues



Com R\$ 23,8 bilhões, Natal tinha o 40º maior PIB entre os municípios brasileiros em 2018

apenas 9,6% dos municípios de São Paulo. No País, em 2018, um quarto do PIB vinha de apenas oito municípios, que possuem 14,7% da população, e o líder em participação era São Paulo (SP) responsável por 10,2% do PIB do país que, naquele ano, chegou a R\$ 7,0 trilhões. Os outros sete eram: Rio de Janeiro (RJ) com 5,2%; Brasília (DF) com 3,6%; Belo Horizonte (MG) com 1,3%; Curitiba (PR) com 1,2% e, com 1,1% cada, Manaus (AM), Porto Alegre (RS) e Osasco (SP). Em 2002, apenas quatro municípios somavam quase 4% da economia nacional. Já o município com o maior PIB per capita foi Presidente Kennedy (ES), com R\$ 583.171,85. Em 49,2% dos municípios brasileiros, a administração pública foi a principal atividade econômica em 2018. Esse predomínio ocorria em mais de 90% dos municípios do Acre, Roraima, Amapá, Piauí, Paraíba, Distrito Federal e em

apenas 9,6% dos municípios de São Paulo.

Os 71 municípios com os maiores PIBs representavam, aproximadamente, metade do PIB total e um pouco mais de 1/3 da população do país, em 2018. Já os 1.346 municípios de menores PIBs responderam por cerca de 1,0% do PIB do país e por 3,1% da população brasileira. A análise da distribuição do PIB por concentrações urbanas (arranjo populacional com mais de 100 mil habitantes) mostra que 25% da produção econômica do País, em 2018, estava em apenas duas cidades: São Paulo/SP (16,8%) e Rio de Janeiro/RJ (8,1%).

As 10 maiores concentrações urbanas brasileiras compõem cerca de 42,5% do PIB, sendo elas: São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, Porto Alegre/RS, Curitiba/PR, Campinas/SP, Salvador/BA, Re-

cife/PE e Fortaleza/CE.

### Nordeste

Das capitais do Nordeste, Fortaleza-CE (R\$ 67 bilhões), Salvador-BA (R\$ 63 bilhões), Recife-PE (R\$ 52 bilhões) e São Luís-MA (R\$ 33 bilhões) têm PIBs maiores do que a capital potiguar. Com o avanço de Camaçari-BA, Natal tem o sexto maior PIB entre os municípios da região. Mossoró (R\$ 6,5 bilhões), na 23ª posição, e Pamamirim (R\$ 5,1 bilhões), na 28ª, estão entre os 30 maiores PIBs do Nordeste.

No ranking dos 30 menores PIBs da região, o Rio Grande do Norte estão cinco municípios: Viçosa (R\$ 17,2 milhões) é o terceiro menor; João Dias (R\$ 21,6 milhões), o 11º; Monte das Gameleiras (R\$ 24,5 milhões) fica em 24º lugar; Francisco Dantas (R\$ 25,1 milhões), em 28º; e Taboleiro Grande (R\$ 25,5 milhões), na 29ª posição.

## Bodó tem maior PIB per capita no Estado

Com uma população de 2.250 pessoas em 2018, o PIB per capita do município de Bodó chegou a R\$ 142.806,47. Esse é o maior PIB por pessoa entre os municípios norte-nordestinos e o 32º do Brasil. O grupo de atividade "eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação" é o que mais contribuiu para a economia bodóense.

O município de Guamaré passou a ter o segundo maior PIB per capita, do Rio Grande do Norte, com R\$ 90.678,84. A diferença representa uma superioridade de cerca de 60% do primeiro sobre

o segundo colocado. Na comparação com todos os municípios brasileiros, Guamaré tem o 86º maior PIB per capita municipal. No Brasil, o PIB por pessoa é de R\$ 33.593,82. Para obter esse resultado, divide-se o total do PIB pelo número de habitantes do país, estado ou município.

### Economia eólica

No RN, os dez maiores PIBs per capita são: Bodó, Guamaré, Parazinho (R\$ 85.197,08), São Bento do Norte (R\$ 71.914), Pedra Grande (R\$ 65.310,13), São Miguel do Gostoso (R\$ 44.082,85), Alto do Rodrigues

(R\$ 33.684,54), Pendências (R\$ 32.065,62), Arês (R\$ 31.547,93) e João Câmara (R\$ 29.598,28). Desse grupo, sete têm suas economias baseadas na "eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação", com destaque para a energia eólica. Outros dois municípios se destacam pela produção de camarão – Pendências e Arês. Apenas Guamaré ainda representa a indústria do petróleo.

### Mudança de posição

O município de Carnaubais subiu 25 posições no ranking potiguar dos PIBs per capita muni-

cipais. O valor de R\$ 15.370,65 garantiu a 41ª lugar no RN em 2018. Em 2017, o município ocupava a 66ª posição. Embora a administração pública ainda componha a maior parte do Produto Interno Bruto do município, a indústria extrativa passou a ser a segunda atividade mais importante em Carnaubais.

Por outro lado, Taipu (R\$ 9.152,34) e Martins (R\$ 9.018,77) perderam 22 posições no ranking entre 2017 e 2018. Em Martins, os valores da administração pública e dos serviços variam negativamente. Em Taipu, a agropecuária recuou.

**Veículo:** Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/12/20 – **Cidade/UF:** Natal / RN  
**Título:** Projeto na Via Costeira será debatido **Impacto:** Neutro

# Projeto na Via Costeira será debatido

« **AUDIÊNCIA** » Secretaria de Estado da Infraestrutura (SIN) receberá, até esta sexta-feira (18), as inscrições para participação na audiência pública virtual que apresentará e debaterá a construção do Costeira Parque

A Secretaria de Estado da Infraestrutura do Rio Grande do Norte prorrogou para esta sexta-feira (18), as inscrições para a videoconferência da audiência pública de apresentação do projeto de implantação do Costeira Parque, que será realizada na próxima segunda-feira (21), das 10h às 12h, através de videoconferência. As inscrições podem ser feitas acessando <https://forms.gle/Q3SevPYJ5niWcsJa7>.

A sessão servirá para apresentar à sociedade o parque que o Governo do Estado construirá na Via Costeira, no terreno do antigo Vale das Cascatas – projeto paralisado na gestão anterior. Participarão o secretário de Infraestrutura do RN, Gustavo Coelho; o diretor-geral do Ide-

ma, Leon Aguiar; autoridades federais, estaduais e municipais convidadas pela SIN, além de representantes da imprensa e da comunidade geral.

De acordo com o regulamento da audiência, serão disponibilizadas 90 vagas à sociedade civil, incluindo os profissionais da Imprensa. Caso o número de inscrições exceda o número de vagas, será realizado um sorteio no dia 18 de dezembro de 2020, com publicação da lista dos sorteados até o dia 21 de dezembro, no site da SIN. O link para a participação na videoconferência será disponibilizado para os inscritos através de e-mail.

O Costeira Parque será construído no terreno do antigo Vale das Cascatas, na Via Costeira, atualmente conhecido como

“bosque dos pinheiros”. O projeto é da arquiteta Érica Mendes, do Idema, e prevê uma grande área de lazer, cultura e esporte para a cidade, com quadras de areia, área de piquenique, pista de skate e patins, academia pública para idosos, equipamentos esportivos (barras verticais, horizontais, paralelas), paisagismo, além de pista para cooper e estacionamento.

A governadora Fátima Bezerra solicitou uma nova licitação para a execução do projeto, que originalmente estava orçado em R\$ 11,7 milhões. A Secretaria de Infraestrutura do RN está analisando os projetos apresentados anteriormente e realizando ajustes, incluindo a formatação de um novo orçamento.



Área do antigo Camping Club Vale das Cascatas deverá ser transformada em parque público urbano

**Veículo:** O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/12/20 – **Cidade/UF:** Brasília / DF  
**Título:** Tentativa de derrubar desoneração é criticada **Impacto:** Neutro

28 | Economia

Sexta-feira 18.12.2020 | O GLOBO

# Tentativa de derrubar desoneração é criticada

Empresários e parlamentares afirmam que política de incentivo ao emprego precisa ser mantida. Congresso derrubou veto do presidente, e governo recorreu ao STF. Na própria base do Orçamento de 2021, porém, União incluiu a previsão de renúncia com medida

O governo Jair Bolsonaro quer reverter no Supremo Tribunal Federal (STF) a decisão tomada pelo Congresso de garantir a prorrogação da desoneração da folha de pagamento até o fim do ano que vem. Parlamentares e líderes dos setores afetados alertam que uma eventual revogação

custaria milhares de empregos.

A desoneração não significa que a empresa deixa de pagar imposto. Ela apenas adota outro modelo de pagamento considerado mais adequado. A medida permite que empresas de 17 setores intensivos em mão de obra substituam a contribuição previdenciária de 20% sobre os salários por uma

alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Essas empresas são as que mais empregam no país: 6 milhões de trabalhadores.

Na ação apresentada ao STF, o governo diz que a derrubada do veto do presidente Bolsonaro à prorrogação da medida, no início de novembro, teria sido irregular porque deputados e senadores não teriam

apresentado os impactos que a manutenção da desoneração teria sobre o Orçamento. O governo argumenta que a prorrogação representaria perda de R\$ 10 bilhões.

Apesar do argumento, o próprio governo já incluiu a previsão de renúncia na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que serve como base para a discussão do Orça-

mento do próximo ano e foi aprovada nesta semana.

Sem a prorrogação, o regime acabaria neste mês. Em junho, o Congresso aprovou a manutenção da medida até o fim de 2021, na tentativa de preservar empregos em setores intensivos em mão de obra. O presidente Bolsonaro, porém, vetou a extensão, alegando que faria desoneração mais

ampla. Com a derrubada do veto presidencial, no mês passado, o Congresso encerrou o impasse.

## INSEGURANÇA

Para as empresas, o vaivém provocado pelo governo gera insegurança nos negócios e pode resultar em demissões.

— Essa política de incentivo ao emprego precisa ser mantida exatamente neste momento de retomada da economia. Nós queremos é continuar a criar empregos, criamos mais de 20 mil empregos durante a pandemia. Volto a repetir: uma só empresa criou 3,4 mil postos de trabalho agora em dezembro, e talvez isso não possa ser mantido se na virada do ano vier para dizer que não temos mais a desoneração — disse Ricardo Santin, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

Na área de redes de telecomunicações, há preocupação. — Houve uma consciência do Congresso de que era necessário manter a desoneração, principalmente nesta época em que as empresas estão com resultado zero ou prejuízo, e nós mantivemos os empregos. Agora, não temos opção. Vamos ter que demitir — disse Vivien Suruagy, presidente da Federação Nacional de Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática.

Parlamentares também criticaram o governo.

— É inadmissível esse desrespeito do governo, do Executivo em relação ao Congresso e judicializar neste momento, a 12 dias do 1º de janeiro, é um total absurdo porque vai gerar insegurança jurídica, desespero para os empresários e um terror para trabalhadores que poderão perder o emprego — disse o senador Major Olímpio (PSL-SP). (Com G1)

## NOSSAS AULAS ESTÃO UMA DELÍCIA!

Nos próximos dias, vamos liberar mais duas aulas gravadas da nossa série especial dos 10 anos. Aproveite porque tem muita gente boa, receitas deliciosas e dicas incríveis.

HOJE, 18.12\_19H



TATI LUND (Org)

**Fé na jaca:**  
da jacalhoada à farofa com castanha da jaca

A chef Tati Lund, famosa por suas receitas vegetarianas incríveis e pelo seu engajamento por um consumo mais consciente e sustentável, vai apresentar a versatilidade de uma fruta que surpreende: a jaca.

21.12\_19H

JONAS AISENGART (Quartinho Bar)

sesc | senac  
apresentam

RIO  
GASTRO  
NÔMIA

ADRIANO AMARANTE  
ALEXANDRE HENRIQUES  
ANDRESSA CABRAL  
BRUNO KATZ  
CAMILO VANAZZI  
CARLOS CORDEIRO  
CRISTIANO LANNA  
DAMIEN MONTEGER  
EMERSON PEDROSA  
ERIK NAKO  
FERNANDA COLIN  
FLÁVIA QUARESMA  
FRÉDÉRIC DE MAEYER  
FRÉDÉRIC MONNIER  
ISIS RANGEL  
JÉRÔME DARDILLAC  
JIMMY MCMANIS  
JOANA EISENSTADTER  
JULIA CHALOUB  
KÁTIA BARBOSA

**Veículo:** Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/12/20 – **Cidade/UF:** SP  
**Título:** Fim do auxílio e vencimento de dívidas devem aumentar calote **Impacto:** Neutro

FOLHA DE SÃO PAULO \*\*\*

SEXTA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 2020 **A11**

## mercado

# Fim do auxílio e vencimento de dívidas devem aumentar calote

Segundo especialistas, ambiente macroeconômico também pode elevar juros para o consumidor

Isabela Bolzani

**SÃO PAULO** O fim do auxílio emergencial e o vencimento do pagamento de programas de crédito do governo — implementados neste ano para conter os impactos do coronavírus — devem se refletir em uma alta da inadimplência a partir de abril, avaliam executivos do setor bancário.

Somando o ambiente de incerteza fiscal e diante do cenário macroeconômico, a expectativa do mercado é de um ajuste nos juros — para cima — na ponta consumidora.

“Acreditamos que haverá um aumento da inadimplência entre o segundo e o terceiro trimestres de 2021. Mas a tendência é que o nível de calote continue controlado, uma vez que agora ele se encontra em patamares menores que os registrados no período pré-pandemia”, disse Romero Albuquerque, diretor de crédito imobiliário do Bradesco.

O crescimento esperado para o mercado de crédito — que é de 8% a 9% para 2021 — também deve ter impactos na inadimplência. Segundo Albuquerque, o Bradesco tem uma projeção um pouco mais agressiva de crescimento para o mercado, de 9% a 11%.

Parte do controle nos níveis de calotes em 2020 vem do crédito mais restrito no início da pandemia. Empresas de menor porte relataram, ao longo dos últimos meses, dificuldades

em conseguir empréstimos. Em setembro, levantamento do Simpi (Sindicato da Micro e Pequena Indústria) apontou que 8 em cada 10 micro e pequenas indústrias afirmaram não ter acesso ao crédito, por exemplo.

Além disso, as medidas emergenciais do governo e dos bancos também limitaram o aumento da inadimplência. No início do ano, as instituições financeiras passaram a negociar e prorrogar dívidas de empresas e pessoas físicas afetadas pela crise do coronavírus. As negociações chegavam a dar 180 dias de carência.

Para o superintendente de negócios do Sicoob, Luciano Ribeiro, o ambiente de fim do auxílio e o vencimento dos programas para o combate dos efeitos da pandemia coincidem com um período de orçamento mais apertado.

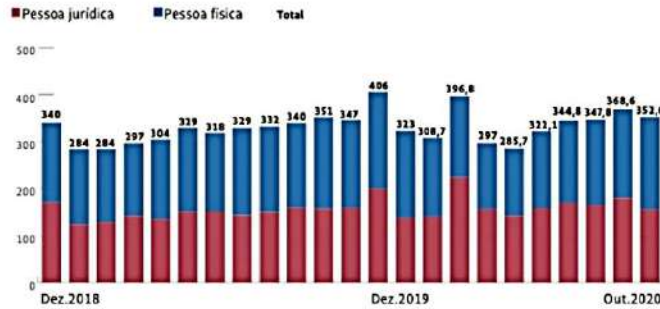
“Muitas contas pessoais, como o IPVA e o IPTU, pressionam o bolso dos consumidores [no início do ano]. Além disso, diante do atual cenário macroeconômico, os credores tendem a precificar algumas linhas de forma pós-fixada, ou focar linhas com garantias, o que sinaliza certa precaução, e pode refletir nos juros na ponta”, afirmou.

Os dados mais recentes do Banco Central, de outubro, apontam que as concessões totais de crédito atingiram R\$ 196,7 bilhões no sistema fi-

### Crédito avança pouco em um ano

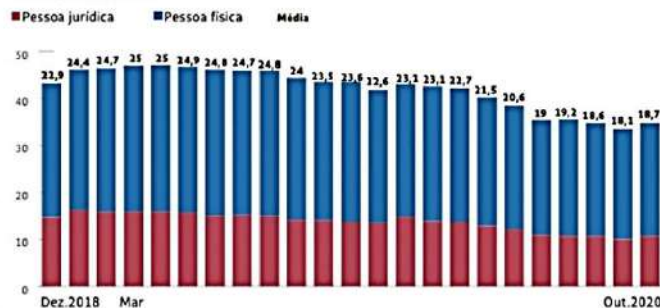
Em outubro, na comparação com o mesmo mês de 2019, as concessões de empréstimos subiram apenas 0,34%

Concessões, em bilhões de R\$



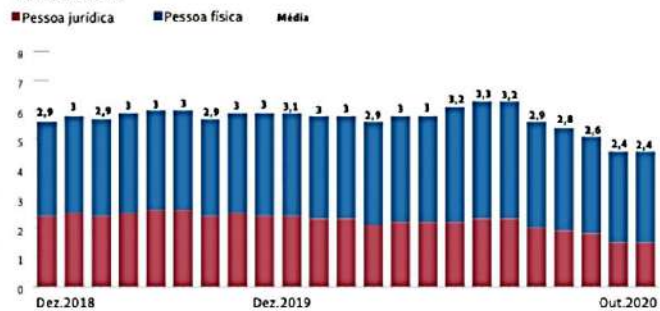
No período, a taxa de juros caiu 4,8 pontos percentuais, acompanhando a queda da Selic

Taxas de juros, em % ao ano



A inadimplência recuou 0,4 ponto percentual, influenciada pelas medidas contra os efeitos econômicos da pandemia

Inadimplência, em %



Fonte: Banco Central

FACULDADE  
FIEP/CAFI

nanceiro, alta de apenas 0,34% em relação a igual mês de 2019.

A inadimplência no período ficou em 2,4% no mês, recuo de 0,6 ponto percentual na mesma base de comparação. Os juros totais do mercado alcançaram 18,7% ao ano, queda de 4,8 pontos percentuais. “A falta de previsibilidade sobre o que pode acontecer no ambiente macroeconômico deve trazer volatilidade nos preços de crédito. Há a possibilidade de uma pressão inflacionária e nos juros, além de toda uma discussão de temas fiscais. Prevejo alguma volatilidade, mas ainda em patamares confortáveis para a concessão de crédito”, disse o diretor de produtos de crédito do Santander, Cássio Schmitt.

Ainda segundo o BC, os juros médios dos empréstimos feitos em outubro atingiram 18,7% neste ano — número 4,8 pontos percentuais menor que o em igual mês de 2019.

Para Albuquerque, os eventos macroeconômicos ainda são pontos de atenção. “Se nenhum desses problemas for endereçado, a tendência é de alta da Selic. Se isso acontece, é natural que haja uma calibração das taxas para cima. Isso diminui a porcentagem das famílias elegíveis para grandes financiamentos, como o crédito imobiliário.”

Segundo o assessor econômico da FecomercioSP, André Sacconato, no entanto, o mercado está bastante otimista, uma vez que a tendência é que a demanda por financiamentos e pelo consumo tende a voltar.

“Muita gente perdeu o emprego, mas muitas pessoas também evitaram gastar ao longo deste ano, o que abre espaço para crescimento.”

**Veículo:** Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/12/20 – **Cidade/UF:** DF  
**Título:** Auxílio emergencial eleva inflação dos mais pobres, diz Banco Central **Impacto:** Neutro

FOLHA DE SÃO PAULO \*\*\*

# Auxílio emergencial eleva inflação dos mais pobres, diz Banco Central

Estudo aponta reajustes maiores para alimentos mais consumidos por famílias que ganham de 1 a 3 mínimos, como a carne de segunda

Larissa Garcia

**BRASÍLIA** Pesquisa do Banco Central divulgada nesta quinta-feira (17) mostrou o impacto do auxílio emergencial na inflação dos mais pobres.

O estudo indicou que o benefício elevou os preços da cesta de alimentos de quem ganha entre um e três salários mínimos. Hoje, o mínimo está em R\$ 1.215. Assim, a pesquisa considerou a inflação para os que ganham até R\$ 3.645. "Analisamos a cesta de alimentos das famílias de renda mais pobres e mais ricas. Os preços da carne, por exemplo, de primeira, consumida pelos mais ricos, e de segunda, pelos de menor renda, normalmente andam juntos, mas se destacaram nesse período. Coexistimos que o benefício fez, sim, diferença nesse caso", disse o diretor de Política Econômica do BC, Fábio Kanczuk.

O levantamento apontou, por exemplo, que o preço de carnes relativamente mais consumidas pelas famílias de menor renda subiu 20,12% de abril a outubro, enquanto o restante dessas proteínas variou 12,13% nesse período.

"O exercício indica que no período recente produtos tipicamente consumidos pelas famílias com rendimentos entre um e três salários tiveram crescimento de preços maior que produtos com comportamento histórico semelhante".

De acordo com a pesquisa, a inflação das famílias com renda mais baixa é maior não só porque elas destinam maior fatia da sua renda na compra de alimentos, mas também porque os produtos que elas consomem apresentaram maior elevação de preços.

"Além disso, esse efeito inflacionário decorrente das transferências extrasalariais de renda, esse resultado é coerente com sua existência. Esse efeito tende a ser temporário", afirma o texto.

O auxílio começou a ser pago aos mais pobres no início da pandemia, em abril, com o valor de R\$ 600. Em setembro, a parcela do benefício, que termina neste mês, foi reduzida para R\$ 300.

A análise foi publicada em um box, estudos que o BC divulga com o Relatório Trimestral de Inflação com temas diferentes a cada edição.

## Projeção para alta do PIB em 2021 recua para 3,8%

**BRASÍLIA** Ainda com incertezas sobre a evolução da pandemia, o Banco Central revisou, nesta quinta (17), a projeção de crescimento do PIB em 2021. Para o BC, a atividade deve se elevar em 3,8%, o ponto percentual abaixo do estimado em setembro.

A autoridade monetária também ajustou a estimativa para a retração da atividade em 2020 e passou a prever queda de 4,4%, ante 5% do relatório de inflação anterior.

"Em parte, essa revisão [da projeção de 2021] reflete a antecipação da recuperação econômica esperada, ao menos para alguns setores e componentes da demanda, para o ano de 2020. Por outro lado, o menor crescimento trimestral também é consequência da recuperação mais lenta do mercado de trabalho e dos in-

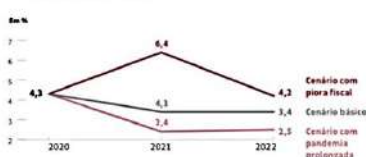
## Inflação nos cenários alternativos simulados pelo BC

Nas situações simuladas pela autoridade monetária, são considerados os dois extremos na inflação: da piora fiscal puxando para cima e do prolongamento da pandemia e queda na atividade empurrando para baixo.

Cenário básico: É a situação que o BC considera mais provável e é utilizada como central.

Cenário com piora fiscal: Nesse modelo, o BC considera a deterioração das contas públicas e alta ainda maior na dívida com gastos permanentes após a pandemia, com rompimento do teto de gastos, a situação elevaria a inflação.

Cenário com pandemia prolongada: Na simulação, o BC leva em conta o prolongamento da pandemia da Covid-19 e de medidas de isolamento, que tem efeito negativo na atividade econômica, com menos consumo, os preços tendem a cair.



Fonte: Banco Central

## GOVERNO PEDE AVALIAÇÃO DO SENADO PARA TOMAR MAIS CRÉDITO CONTRA COVID

Jair Bolsonaro enviou ao Senado nova lista de pedidos de autorização para que o governo possa tomar empréstimos com bancos internacionais.

O presidente pediu nesta quinta (17) o aval para operação de crédito com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), no valor de US\$ 1 bilhão, e com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), no montante de US\$ 200 milhões. Os pedidos fazem parte de um esforço liderado pelo Ministério da Economia de buscar recursos no exterior para amenizar os impactos da pandemia.

O valor a ser contratado no BID deve ser utilizado por exemplo, para financiar o Bolsa Família. Nesta semana, o Senado derá luz verde para que o governo empreste R\$ 11 bilhões de agências de desenvolvimento e bancos internacionais.

dices de mobilidade", diz o BC no documento.

Sobre a retomada, o diretor de Política Econômica, Fábio Kanczuk, afirmou que teve formato em "V" (com queda acentuada e retorno na mesma velocidade).

"Esperávamos que fosse mais parecida com o símbolo da Nike, um smooth [retor no mais lento], mas a volta foi mais rápida", disse.

A autoridade monetária afirmou que a perspectiva leva em conta a continuidade do processo de reformas em tramitação no Congresso: "ajustes necessários na economia brasileira", que o BC considera "condição essencial para permitir a recuperação sustentável da economia".

Em relação à inflação, a projeção central do BC é de 4,3% para 2020, 3,4% para 2021, 3,4% para 2022 e 3,3% para 2023. A estimativa leva em conta a taxa de câmbio constante em R\$ 5,25 e a taxa de juros (Selic) a 1% em 2020, 3% em 2021, 4,5% em 2022 e 6% em 2023.

O BC reconheceu que o choque de preços recente, especialmente em alimentos e combustíveis, foi mais forte que o previsto no relatório anterior, inclusive em setores mais deprimidos, como vestuário.

"Assim, a inflacionária no período foi concentrada, principalmente, em alimentação no domicílio, refletindo choque que se mostrou mais forte, persistente e abrangente do que se previa em setembro. Hoje também altas mais fortes que se antecipadas para bens industriais, em particular artigos de residência e de vestuário e para preços administrados, com destaque para gasolina", destacou.

Além disso, o documento ressaltou a alta nos commodities. "Ao longo do período, preços internacionais de commodities foram maiores que os considerados no cenário, e o real, em média, se mostrou mais depreciado".

Na apresentação do relatório, o diretor afirmou que a inflação em dezembro deve se manter elevada, mas reitou que o choque é temporário.

Em um box, estudos que o BC divulga com o relatório com temas diferentes a cada edição, foi analisada a inflação em cenários alternativos. Em uma das simulações, o BC con-

siderou piorar quadro fiscal. Nesse caso, os preços subiriam 6,4% em 2021, diferença de três pontos percentuais em relação ao cenário de referência.

Por outro lado, também foi analisada a situação de prolongamento da pandemia, em que as pessoas ficariam mais tempo em isolamento social, que tem efeito de baixa na inflação. Com isso, o próximo ano fecharia com inflação em 2,4%, diferença de um ponto percentual para o cenário central do BC.

"Divulgamos os cenários alternativos com o intuito de aumentar a transparência sobre como discutimos esses choques internamente", ressaltou o diretor.

O BC também divulgou pela primeira vez o juro neutro (aquele que não estimula nem reduz a atividade), de 3%.

Um dos boxes analisou o motivo de as exportações terem caído menos que em outros países. Segundo o diretor, o comércio exterior no país se baseia em soja e carne.

"São commodities de alimentos que permaneceram em alta na pandemia. Além disso, temos a China como maior compradora, que sofreu menos que outros na crise. Isso parece ter sido a particularidade do Brasil".

O BC também classificou em dois tipos a poupança formada durante a pandemia, precaucional e circunstancial.

"A circunstancial desaparece assim que o problema do vírus é sanado, a precaucional depende mais de incertezas econômicas, pessoas adiando o consumo com medo de variáveis financeiras. O estudo conclui que o retorno dessa poupança à economia pode demonstrar mais do que o previsto", salientou Kanczuk.

No crédito, a autoridade monetária aumentou a previsão de expansão de 14,5% para 15,6% em 2020. Para o próximo ano, a estimativa é de crescimento de 2,8%.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, ressaltou que atrasos na vacinação poderiam impactar negativamente o crescimento econômico. "Isso implicaria mobilidade menor e teria impacto nas variáveis-chave. Mas hoje não há indicação de que isso vá acontecer".

**Veículo:** Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/12/20 – **Cidade/UF:** DF  
**Título:** STF permite que Estado imponha restrições a quem não tomar vacina **Impacto:** Neutro

saúde

FOLHA DE S.PAULO ★★★

SEXTA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 2020 B1

184.876 mortes  
País registrou 1.054 novos  
óbitos entre quarta e quinta7.111.527 casos  
Mais 68.832 infecções foram  
detectadas em 24 horas

# STF permite que Estado imponha restrições a quem não tomar vacina

Ministros entendem que a vacinação compulsória pode ser implementada por medidas indiretas

Matheus Teixeira

BRASÍLIA O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu nesta quinta-feira (17) que a vacina contra a Covid-19 pode ser obrigatória desde que exista uma lei nesse sentido. A corte deixou claro que a imunização forçada é proibida, mas liberou a União, estados e municípios a aprovarem lei que restrinja direitos das pessoas que não quiserem se vacinar.

Prevaleceu o voto do relator, ministro Ricardo Lewandowski. Ele defendeu que a vacinação compulsória pode ser implementada por "medidas indiretas" e citou como exemplo a vedação a frequentar determinados lugares ou a exercer certas atividades.

Ele disse, porém, que é necessário o consentimento da pessoa para que ela seja vacinada. "Alguma se flagrantemente inconstitucional toda determinação legal, regulamentar ou administrativa no sentido de implementar a vacinação forçada das pessoas, quer dizer, sem o seu expresso consentimento", disse.

Os ministros Luís Roberto Barroso, Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Rosa Weber, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes, Marco Aurélio e Luiz Fux acompanharam o relator.

O ministro Kassio Nunes Marques foi o único a votar de maneira distinta. O magistrado afirmou que a vacinação obrigatória é constitucional, mas que depende de "prévia oitiva" do Ministério da Saúde e que só pode ser usada como "última medida".

Todos outros integrantes da corte, porém, concederam autonomia a governadores e prefeitos para impor a obrigatoriedade e manteve a linha adotada pelo STF desde o começo da pandemia do coronavírus no sentido de esvaziar os poderes do governo federal.

"Tais medidas, com as limitações acima expostas, podem ser implementadas tanto pela União como pelos estados, Distrito Federal e municípios, respeitadas as respectivas esferas de competência", disse.

Moraes seguiu a tese de Lewandowski e criticou a "hipocrisia" de pessoas que criticam a imunização, mas não reclamam da vacinação obrigatória para entrar em determinados países. "A preservação da vida, da saúde, seja individual, seja pública, em país como Brasil com quase 200 mil mortos pela Covid-19, não



Lewandowski permitiu a compra de vacinas sem aval da Anvisa Pedro Ladeira - 17 out. 19 / Folhapress

## Veja verdades e mentiras sobre a vacina contra Covid-19

### A vacina contra Covid-19 protegerá toda a população contra a doença

**EM PARTE** Os imunizantes da Pfizer e Moderna mostraram eficácia acima de 90% em estudos publicados após a conclusão da fase 3 dos testes. Para a vacina da AstraZeneca/Oxford, a eficácia foi de 90% entre os que receberam meia dose e depois a dose completa e 62% entre quem recebeu duas doses. Isso indica que, mesmo vacinadas, parte das pessoas ficará doente, o que não quer dizer que o imunizante não funcione. O sucesso da vacina depende do volume de pessoas vacinadas: quanto mais gente for imunizada, menos o vírus circulará e menos pessoas pegarão, beneficiando inclusive os que não a tomaram.

### As vacinas contra Covid-19 foram desenvolvidas rápido demais e não são seguras

**MENTIRA** A gravidade da pandemia fez com que empresas e centros de pesquisa tivessem à disposição muito mais recursos para desenvolver imunizantes. Além disso, aumentou a colaboração mundial entre cientistas e o fato de milhares estarem pesquisando o mesmo assunto aumentou a chance de que algumas das pesquisas desse

certo. Por fim, agências reguladoras e governos agilizaram autorizações para testes clínicos e foi mais fácil achar voluntários para as pesquisas. Esse esforço fez com que as vacinas pudessem ser criadas muito mais rápido que outros imunizantes.

### Há riscos ao tomar as vacinas contra Covid-19

**VERDADE** Toda vacina tem riscos e causa reações adversas em pequena parcela dos que a tomam. As reações mais comuns às vacinas contra Covid-19 são leves: dor e inchaço no local da injeção, dor de cabeça, cansaço, calafrios, febre e dor muscular. Mais raras são reações alérgicas severas e náusea. Mesmo com riscos, o objetivo é proteger a população mundial de uma ameaça mais grave. A Covid-19 causa em parte dos que pegam a doença sintomas severos como febre, tosse, falta de ar e dificuldade de respirar, podendo levar à morte. Idosos e pessoas com comorbidades têm risco maior de desenvolver quadros graves. Também há risco de sequelas após a doença, mesmo em quem teve quadro leve.

### Quem não é do grupo de risco não precisa tomar vacina

**MENTIRA** E provável que

jovens saudáveis sejam um dos últimos grupos a serem vacinados, mas eles precisam, sim, receber o imunizante, já que, ao não pegarem e transmitirem a doença, ajudam a proteger os mais vulneráveis.

### As vacinas desenvolvidas na China, como a Coronavac e a Sinopharm, não estão sendo usadas na China

**MENTIRA** As duas obtiveram autorização emergencial no país e estão sendo aplicadas em grupos de risco.

### A vacina contra Covid-19 causa câncer, problemas de fertilidade e altera o código genético

**MENTIRA** Os imunizantes não têm capacidade de alterar o código genético nem de causar problemas de fertilidade ou mudança de gênero ou sexualidade. Também não há nenhuma evidência de associação entre qualquer vacina e câncer.

### As vacinas causam danos neurológicos e levaram à morte de mais de 2.000 voluntários

**MENTIRA** Comunicados das fabricantes e de órgãos oficiais mostram que as vacinas que estão em teste não causaram nenhum dano neurológico nem esse número de mortes de voluntários relacionadas a elas.

permite, ao tratarmos desse tema, demagogia, hipocrisia, ideologias, obscurantismo, disputas político eleitorais e principalmente não permite ignorância", disse. Para o magistrado, essa atitude ocorre por uma "total falta de empatia" com familiares de pessoas que morreram por Covid-19.

Barroso também se posicionou a favor da imunização da população. A ministra Cármen Lúcia, por sua vez, deu um voto enfático em favor da vacina e chamou a atenção para a responsabilidade dos cidadãos ao viver em sociedade.

"O egoísmo não é compatível com a democracia. A Constituição não garante liberdade a uma pessoa para ela ser soberanamente egoísta. É dever do Estado, mediante políticas públicas, reduzir riscos de doenças e outros agravos, adotando as medidas necessárias para proteger a todos da contaminação de um vírus perigoso", afirmou.

O julgamento não tratou da necessidade de aval ou não da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para que uma vacina contra Covid-19 seja usada no país.

Os ministros, porém, sinalizaram a favor da lei, que foi sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro no início da pandemia e que dá 72 horas para a agência brasileira avaliar solicitações de registro de imunizantes que tenham sido aprovados por órgãos equivalentes de outros países.

Marco Aurélio, por exemplo, fez um paralelo com a decisão do STF que obrigou o Estado a fornecer medicamentos que não têm registro na Anvisa, mas que tenham sido aprovados por órgão equivalente de outros países.

Moraes também defendeu que estados e municípios podem vacinar a população antes de a União viabilizar a medida. "Não se pode impedir que entes regionais que eventualmente já tenham possibilidade de começar a imunizar os brasileiros que lá vivem tenha que ficar aguardando".

O ministro criticou indiretamente Bolsonaro por atacar a vacina feita pelo Instituto Butantan em parceria com o laboratório chinês Sinovac. "A sociedade não quer saber de onde está vindo a vacina, se é do estado, do município ou da União, e não quer saber também de qual laboratório. A sociedade quer saber se a vacina é eficaz, segura e quando será ministrada

para que brasileiros possam voltar a viver a normalidade que todos desejamos", comentou. Gilmar Mendes e Lewandowski deram declarações no mesmo sentido.

Foram julgados em conjunto três processos: uma ação do PDT a favor da obrigatoriedade e da autonomia de estados e municípios para vacinar; outra do PTB contra a compulsoriedade; e um recurso que discute se pais podem deixar de vacinar seus filhos devido a convicções filosóficas, religiosas ou morais. No último, o relator foi Luís Roberto Barroso. Ele foi acompanhado pelos colegas ao defender que os pais têm obrigação de vacinar os filhos.

## Lewandowski libera compra de vacina sem aval da Anvisa

Marcelo Rocha e  
Matheus Teixeira

BRASÍLIA O ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), autorizou nesta quinta-feira (17) governadores e prefeitos a comprarem vacinas contra a Covid-19 registradas por agências sanitárias estrangeiras. Estados e municípios estão liberados para a aquisição de imunizante caso a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), ligada ao governo federal, não libere o produto no prazo de 72 horas após a apresentação do pedido.

"A decisão liminar confirma regra prevista na lei 14.066 de 2020. A legislação estipula o prazo para que a Anvisa analise pedido de uso do imunizante após o pedido de registro feito por indústria farmacêutica ou centro de pesquisa.

Passado o período, a autorização é considerada automática, segundo especialistas ouvidos pela Folha.

A decisão de Lewandowski foi tomada em duas ações, uma ajuizada pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e outra pelo Maranhão.

Lewandowski entendeu que os dispositivos legais aprovados sobre o tema "gozam da presunção de plena constitucionalidade, revelando, portanto, a solução encontrada pelos representantes do povo reunidos no Congresso Nacional para superar, emergencialmente, a carência de vacinas contra o novo coronavírus".

Disse ainda que não há dúvida de que o direito social à saúde está acima da autoridade de "governantes episdicos", pois é dever do Estado. O presidente Jair Bolsonaro chegou a vetar o trecho da lei que estabeleceu o prazo de 72 horas para a Anvisa autorizar o registro de vacinas contra a Covid-19. Os parlamentares derrubaram o veto.

**Veículo:** Valor Econômico – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/12/20 – **Cidade/UF:** Brasília / DF  
**Título:** Disputa por espaços no governo pode levar à volta do MDIC **Impacto:** Neutro

A16 | Valor | Sexta-feira, 18 de dezembro de 2020

## Política

**Executivo** Com apoio a Lira, Marcos Pereira, presidente do Republicanos, deve ganhar Indústria e Comércio

# Disputa por espaços no governo pode levar à volta do MDIC

Fabio Murakawa e Andrea Jubé  
De Brasília

A adesão do Republicanos à candidatura de Arthur Lira (PP-AL) para a presidência da Câmara, candidato apoiado por Jair Bolsonaro, acirrou a disputa por espaços no governo entre a ala militar, a chamada ala ideológica e o Centrão, na reforma ministerial prevista para acontecer em fevereiro, após a renovação das mesas diretoras do Congresso.

Fontes desses diferentes grupos são unânimes em afirmar que o presidente da legenda, deputado Marcos Pereira (SP), ganhou um ministério com o movimento. Porém, a versão sobre qual será o destino do suposto "futuro ministro", e quais peças serão movidas para acomodá-lo, muda de acordo com o grupo a que cada fonte pertence.

As possibilidades citadas vão desde a entrega da Secretaria de Governo (Segov) ao deputado até desmembrar o Ministério da Economia, resultando na recriação do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Na Segov, assumiria a articulação com o Congresso, contemplando o pleito do centrão para que um político assumia a cadeira do general.

Após a mudança no Ministério do Turismo, a dança das cadeiras prossegue com a posse do ministro Jorge Oliveira, da Secretaria-Geral da Presidência, no Tribunal de Contas da União em janeiro. A tendência é que o posto seja interinamente ocupado pelo secretário-executivo Antonio Carlos Futuro até a definição no Congresso.

Também estariam no balcão de negócios o posto de Onyx Lorenzoni, no Ministério da Cidadania, e o Turismo, embora Gilson Machado, ex-presidente da Embratur, tenha sido empossado ontem. Para alguns, ele estaria exercendo uma espécie de "mandato tampão".

O Centrão e alguns membros do governo do tentam convencer o presidente Jair Bolsonaro a promover uma troca na articulação política. A insatisfação na ala ideológica com Ramos aumentou com a demissão do ex-ministro do Turismo Marcelo Álvaro Antônio, que hostilizou o general no grupo de WhatsApp dos ministros. Ele teria externado o que outros têm falado em privado: a insatisfação com os resultados entregues em votações no Congresso diante de concessões feitas pelo governo.

A cadeira de Ramos seria ocupada a partir de fevereiro por Marcos

Pereira, ou então, pelo atual presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). Outro cotado é o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR). O ex-presidente do TCU José Múcio Monteiro foi sondado por um ministro para assumir a Segov, mas recusou.

Se for afastado da Segov, Ramos deve ir para a Secretaria-Geral. Contudo, outro oficial cobiça o posto, o almirante Flávio Rocha, secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência. Se quebrar a promessa feita ao almirante, Bolsonaro evitará deixar Ramos, seu amigo há quase cinco décadas, ao relento.

A Secretaria-Geral funciona como uma espécie de prefeitura do Palácio do Planalto, além de abrigar a Subchefia para Assuntos Jurídicos (SAJ), por onde passam todas as leis e atos normativos firmados pelo presidente da República.

Já pelo desenho vislumbrado pela ala militar, Ramos permaneceria na Segov e o almirante Rocha sucederia de fato Jorge Oliveira. Embora muitos considerem improvável que nada mude na Segov, um importante aliado de Bolsonaro no Congresso disse acreditar que não haverá mudança na pasta.



Apesar de mudanças no governo para acomodar o Centrão, Bolsonaro disse que não interfere em disputa no Congresso

Outro esboço da reforma contemplaria Davi Alcolumbre, que sempre foi tido como um aliado de Bolsonaro, no Ministério da Cidadania.

Marcos Pereira, por sua vez, voltaria para o MDIC, provocando o primeiro desmembramento do superministério da Economia criado sob medida para Paulo Guedes. O retorno do MDIC é um pleito da Indústria, que acredita ter perdido interlocução com Brasília após a pasta ter sido incorporada pela Economia.

Uma fonte do governo citou também a possibilidade da recriação

do Ministério do Planejamento, uma ideia ainda embrionária.

Ontem, Bolsonaro disse no discurso de posse de Gilson Machado no Planalto que não interferirá na sucessão no Congresso.

Ele fez a afirmação diante três senadores do MDB, pré-candidatos do partido à presidência do Senado: os líderes do governo no Senado, Fernando Bezerra (PE), no Congresso, Eduardo Gomes (TO), e Eduardo Braga (AM).

"Tenho certeza que esse trio maravilhoso [de senadores], que está na minha frente aqui, resolvendo a questão da Mesa da Câ-

mara e do Senado, que vai ser bem resolvido, tenho certeza disso", afirmou. "Não vou interferir em lugar nenhum, não vou. Eu não interfiro nos meus ministros, quem dirá em outro poder. Mas vou torcer para que aconteça o melhor na Câmara e no Senado."

Além deles, estavam presentes na solenidade o ex-presidente Fernando Collor (Pros-AL), atualmente senador, e o governador de Alagoas, Renan Filho (MDB), filho do senador Renan Calheiros (MDB-AL). O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), também compareceu.

**Veículo:** Valor Econômico – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/12/20 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 1/2  
**Título:** Guedes, dois anos de alguns avanços e várias frustrações **Impacto:** Neutro

A24 | Valor | Sexta-feira, 18 de dezembro de 2020

Especial

Gestão Muitas promessas não foram cumpridas; Previdência é destaque

# Guedes, dois anos de alguns avanços e várias frustrações

Claudia Safatle, Lu Alko Otta e Mariana Ribeiro  
De Brasília

Frustrações nas medidas macroeconômicas que mudariam estruturalmente a face do país e alguns avanços importantes no campo da microeconomia são o retrato da gestão do ministro da Economia, Paulo Guedes, nos dois primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro. Embora o impacto seja inegável, há dúvidas sobre até que ponto a pandemia da covid-19 pode ser responsabilizada por esse pífio saldo.

Dono de um estilo incisivo, que mira grandes metas mas joga pouca luz no caminho para atingi-las, o ministro vem desde a campanha de 2018 fazendo promessas ambiciosas: obter R\$ 1 trilhão com privatizações, zerar o déficit público, abrir a economia brasileira, reformar a estrutura das contas públicas e fazer as reformas administrativa e tributária. Os dois anos mostraram que as coisas, na política, não são assim tão simples, a ponto de o próprio Guedes admitir frustração por não ter conseguido vender uma estatal sequer até agora.

É fato notável que ele conseguiu aprovar a reforma da Previdência no primeiro ano de governo. Ela foi fruto de um feliz casamento entre a proposta de Guedes e a disposição do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), embalado pelas manifestações das ruas. O Congresso, porém, não aceitou a mudança do regime para a capitalização.

No caso das privatizações, o ministro diz e repete que uma aliança de centro-esquerda no Congresso barrou o avanço do programa. Segundo ele próprio já comentou, teria havido um acordo do presidente da Câmara com partidos de esquerda, onde Maia barraria a venda de empresas públicas e a oposição apoiaria quem ele escolhesse para sucedê-lo.

As resistências às privatizações, porém, não estão só no Legislativo, mas no Palácio do Planalto. Em um exemplo ocorrido nesta semana, Bolsonaro foi à sede da Ceagesp, uma estatal federalizada, e garantiu que "nenhum rato" a privatizaria. Com isso, contrariou a sua própria decisão de incluir a empresa no Programa Nacional de Desestatização (PND). Há estudos em curso no governo para preparar a ven-

dê-la. Deu uma pausa no período pré-eleitoral, mas deve retornar à pauta em 2021, quando as taxas de desemprego tendem a subir e novas formas de contratação estarão na ordem do dia. Guedes, então, deverá insistir na desoneração da folha de salários das empresas, que depende de receitas que viriam do novo tributo. E reapresentará a proposta da Carteira Verde Amarela, com contratação de mão-de-obra sem os atuais encargos, que caducou no Congresso.

Também em 2021, serão retomadas as difíceis negociações para reaver os benefícios tributários, desindexar o orçamento, reduzir o volume de despesas obrigatórias. São temas que estão parados sobre a mesa dos governos desde a Constituição de 1988. A recente manobra vista na Câmara, que aportou para escolas filantropias uma parte do dinheiro do Fundeb, mostra o grau de dificuldade em possivelmente eliminar as isenções tributárias a que essas entidades têm direito. A medida, porém, foi rejeitada ontem.

A paralisia nos temas centrais da agenda alimentou a avaliação que Guedes não tem um plano para a economia. Irritado com essa constatação, o ministro compareceu a vários eventos públicos no mês passado para dizer que tem um plano, sim. E jogar a culpa no colo do Congresso.

"Guedes tem um plano que não dá para cumprir e um presidente que não quer saber do plano", avalia o economista-chefe do Banco Fator, José Francisco de Lima Gonçalves. Bolsonaro mira a reeleição.

Esse pode ser um complicador para o ministro na segunda metade do governo, quando a precupação com as eleições presidenciais ganha ainda mais força. Cobranças por mais crescimento econômico e mais investimentos tendem a aumentar. Ao mesmo tempo, deve diminuir o apetite para confrontar grupos de interesse no Congresso, sem o que não será possível reformar a estrutura dos gastos públicos.

"Reformas profundas nas contas públicas, só no próximo governo", aposta o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale.

Outro complicador é o coronavírus. "Achar que a pandemia e seus efeitos são gregorianos é de uma ingenuidade notável", afirma Gonçalves. Ele comentou



O ministro da Economia, Paulo Guedes: os dois primeiros anos no governo mostraram que na política as coisas não são tão simples quanto possam parecer

### Expectativa x Realidade

As promessas de Guedes

| Expectativa  | Realidade  |
|--|--|
| ■ Zerar o déficit primário do governo central ainda em 2019                                      | O déficit ficou em R\$ 95 bi em 2019. Para este ano, devido à pandemia, está projetado em R\$ 844 bi   |
| ■ Aprovar a reforma da Previdência   | PEC foi aprovada em 2019, mas sem regime de capitalização  |
| ■ Arrecadar R\$ 1 bi com privatizações (R\$ 103 bi em 2019 e R\$ 150 bi em 2020)                 | Não houve venda de grandes estatais. Foram extintas duas (Codimiar e Casemg) e desinvestidas nove (TAG, BB Turismo, BB Distribuidora, Logista, Sibratua, ETN, CorreiosPar, Conecta e Montevideo Distribuidora). Neste mês, foi autorizada a extinção da Ceitec |
| ■ Monetizar parte do R\$ 1 bi de imóveis da União  | Até agora, as vendas somaram R\$ 445 mi. Ministério acaba de lançar programa com meta de arrecadar R\$ 110 bi até 2022   |
| ■ Obter R\$ 100 bi com leilão de excedentes da cessão onerosa                                    | Leilão rendeu R\$ 70 bi, com presença forte da Petrobras. Duas das quatro áreas ofertadas não tiveram interessados   |
| ■ Após aprovação da reforma da Previdência (out/19), apresentar a proposta tributária em 40 dias | Primeira etapa foi apresentada em julho de 2020. Outras fases ainda não saíram   |
| ■ Criar o imposto sobre transações, que arrecadaria até R\$ 150 bi ao ano                        | Proposta foi paralisada dentro do governo por ordem do presidente e sofreu resistência no Congresso  |
| ■ Desonerar a folha salarial   | Discussão foi interdita por Bolsonaro pois está vinculada à criação do imposto sobre transações  |
| ■ Aumentar a faixa de isenção de Imposto de Renda  | Ligada à reforma tributária, proposta não andou  |
| ■ Estimular a contratação de jovens por meio do Contrato Verde e Amarelo                         | MP não foi aprovada por falta de apoio do Congresso  |
| ■ Em janeiro de 2020, enviar a reforma administrativa em até duas semanas                        | Proposta foi apresentada em setembro e mais enxada que o planejado pelo governo. Ficou parada no Congresso   |
| ■ Desindexar o orçamento, com R\$ 36 bi para despesas discricionárias                            | PECs fiscais seguiram para o Congresso em novembro de 2019, mas sem desindexação ampla, e ficaram paradas. Com a pandemia, um substitutivo, mais enxuto, estava sendo discutido, mas foi adiado para 2021  |
| ■ Reduzir as renúncias fiscais   | Nenhuma proposta nessa direção foi encaminhada ao Congresso  |
| ■ Reduzir gastos com juros da dívida   | Movimento foi visível em 2019. Em 2020 ainda é preciso verificar porque a dívida subiu com a pandemia  |
| ■ Reduzir o tamanho dos bancos públicos  | Antes da crise houve forte redução do BNDES e, em menor intensidade, do Banco do Brasil e da Caixa   |
| ■ Dar uma "facada" no Sistema S  | Prometida ainda em 2018, na transição de governo, contribuições foram cortadas em 50% apenas entre abril e junho deste ano   |
| ■ Fechar acordos comerciais  | Acordo Mercosul-União Europeia foi assinado, mas ainda não está valendo, pois depende de ratificações. Outras negociações estão em andamento   |
| ■ Abrir a economia   | Ajustou medidas pontuais de redução de tarifa de importação, como de equipamentos médicos, arroz e milho   |
| ■ Reduzir burocracia   | Medidas como a Lei da Liberdade Econômica e digitalização de serviços do governo foram adotadas  |
| ■ Aprovar a nova lei das agências reguladoras  | Aprovada   |
| ■ Promover a reorganização societária da Caixa   | MP perdeu validade   |
| ■ Aprovar a autonomia do Banco Central   | Aprovada no Senado; falta Câmara   |
| ■ Aprovar a nova lei das licitações  | Aprovada; falta sanção   |
| ■ Aprovar a nova lei de falências  | Aprovada; falta sanção   |
| ■ Aprovar o novo marco do saneamento   | Aprovado e sancionado; falta analisar os vetos   |
| ■ Aprovar o marco da navegação de cabotagem  | Aprovado na Câmara; falta Senado   |
| ■ Aprovar o novo marco das ferrovias   | Em tramitação no Senado  |
| ■ Aprovar o novo marco do gás natural  | Aprovado no Senado, voltou para a Câmara. Medidas infralégais estão em andamento, mas longe de promover o "choque de energia barata" prometido pelo ministro   |
| ■ Aprovar o novo marco do setor elétrico   | Em tramitação no Senado  |
| ■ Aprovar o marco legal das startups   | Aprovado na Câmara; falta Senado   |
| ■ Alterar o regime de partilha   | Em tramitação no Senado  |
| ■ Aprovar projeto de reestruturação da dívida dos Estados  | Aprovado; falta sanção   |
| ■ Aprovar o projeto de modernização cambial  | Em tramitação na Câmara  |
| ■ Em julho de 2020, fazer 4 grandes privatizações em 90 dias                                     | Não ocorreram. Ministro diz que aliança de Rodrigo Maia com centro-esquerda no Congresso bloqueou o processo   |
| ■ Em maio de 2020, apresentar um programa de emprego em "30, 40 dias"                            | Não foi apresentado  |
| ■ Criar o Renda Cidadã a partir da revisão de benefícios já existentes                           | Com impasse político dentro e fora do governo, não foi encontrada solução para tirar o programa do papel   |



**Veículo:** Valor Econômico – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 18/12/20 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 2/2  
**Título:** Guedes, dois anos de alguns avanços e várias frustrações **Impacto:** Neutro

**LIÁNDIA SARAIJE, LUÍSA UETA E Mariana Ribeiro**  
De Brasília

Frustrações nas medidas macroeconômicas que mudariam estruturalmente a face do país e alguns avanços importantes no campo da microeconomia são o retrato da gestão do ministro da Economia, Paulo Guedes, nos dois primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro. Embora o impacto seja inegável, há dúvidas sobre até que ponto a pandemia da covid-19 pode ser responsabilizada por esse péssimo saldo.

Dono de um estilo incisivo, que mira grandes metas mas joga pouca luz no caminho para atingi-las, o ministro vem desde a campanha de 2018 fazendo promessas ambiciosas: obter R\$ 1 trilhão com privatizações, zerar o déficit público, abrir a economia brasileira, reformar a estrutura das contas públicas e fazer as reformas administrativa e tributária. Os dois anos mostraram que as coisas, na política, não são assim tão simples, a ponto de o próprio Guedes admitir frustração por não ter conseguido vender uma estatal sequer até agora.

É fato notável que ele conseguiu aprovar a reforma da Previdência no primeiro ano de governo. Ela foi fruto de um feliz casamento entre a proposta de Guedes e a disposição da presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), embalado pelas manifestações das ruas. O Congresso, porém, não aceitou a mudança do regime para a capitalização.

No caso das privatizações, o ministro diz e repete que uma aliança de centro-esquerda no Congresso barrou o avanço do programa. Segundo ele próprio já comentou, teria havido um acordo do presidente da Câmara com partidos de esquerda, onde Rodrigo Maia barraria a venda de empresas públicas e a oposição apoiaria quem ele escolhesse para sucedê-lo.

As resistências às privatizações, porém, não estão só no Legislativo, mas no Palácio do Planalto. Em um exemplo ocorrido nesta semana, Bolsonaro foi à sede da Geacsp, uma estatal federalizada, e garantiu que "nenhum fato" a privatizaria. Com isso, contrariou a sua própria decisão de incluir a empresa no Programa Nacional de Desestatização (PND). Há estudos em curso no governo para preparar a venda da empresa. Também por decisão do presidente, estatais como Petrobras, Caixa e Banco do Brasil estão fora da lista.

Num arranjo exótico, o ministro da Economia permanece no cargo apesar do choque entre sua agenda liberal e o perfil populista e estatizante de Jair Bolsonaro. Conflito que resultou na saída de três secretários especiais de Guedes: Marcos Cintra, demitido por haver defendido a criação de um tributo sobre transações, Salim Mattar, que pediu demissão por ver fracassados seus planos de privatizar empresas rapidamente e Paulo Uebel, que não viu condições políticas de fazer a reforma administrativa que considerava ideal e preferiu deixar o cargo.

O tributo sobre transações é um capítulo à parte na relação entre Guedes e Bolsonaro. Embora a ideia tenha sido reiteradamente descartada pelo presidente, o ministro continua a defen-

de-la. Eleu uma pausa no período pré-eleitoral, mas deve retornar à pauta em 2021, quando as taxas de desemprego tendem a subir e novas formas de contratação estarão na ordem do dia. Guedes, então, deverá insistir na desoneração da folha de salários das empresas, que depende de receitas que viriam do novo tributo. E representará a proposta da Carteira Verde Amarela, com contratação de mão-de-obra sem os atuais encargos, que caducou no Congresso.

Também em 2021, serão retomadas as difíceis negociações para rever os benefícios tributários, desincentivar o orçamento, reduzir o volume de despesas obrigatórias. São temas que estão parados sobre a mesa dos governos desde a Constituição de 1988.

A recente manobra vista na Câmara, que aportou para escolas filantrópicas uma parte do dinheiro do Fundeb, mostra o grau de dificuldade em possivelmente eliminar as isenções tributárias a essas entidades têm direito. A medida, porém, foi rejeitada ontem.

A paralisia nos temas centrais da agenda alimentou a avaliação que Guedes não tem um plano para a economia, irritado com essa constatação, o ministro compareceu a vários eventos públicos no mês passado para dizer que tem um plano, sim. E jogar a culpa no colo do Congresso.

"Guedes tem um plano que não dá para cumprir e um presidente que não quer saber do plano", avalia o economista-chefe do Banco Fator, José Francisco de Lima Gonçalves. Bolsonaro mira a reeleição.

Esse pode ser um complicador para o ministro na segunda metade do governo, quando a preocupação com as eleições presidenciais ganha ainda mais força. Cobranças por mais crescimento econômico e mais investimentos tendem a aumentar. Ao mesmo tempo, deve diminuir o apetite para confrontar grupos de interesse no Congresso, sem o que não será possível reformar a estrutura dos gastos públicos.

"Reformas profundas nas contas públicas, só no próximo governo", aposta o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale.

Outro complicador é o coronavírus. "Achar que a pandemia e seus efeitos são gregorianos é de uma ingenuidade notável", afirma Gonçalves. Ele comentou que não é possível retirar os quase R\$ 400 bilhões pagos em medidas emergenciais neste ano, que puxaram a demanda, e achar que ficará tudo bem. A recuperação do setor de serviços, que é a principal aposta do Ministério da Economia para a retomada, poderá não ter a magnitude esperada porque a massa salarial não se recuperou.

Se vão gerar os efeitos esperados, é algo que se verá ao longo do tempo. Críticos apontam a pouca atenção a detalhes nessas novas legislações, o que pode reduzir seu impacto sobre novos negócios.

No saneamento, por exemplo, ainda está pendente de análise pelo Congresso um veto de Bolsonaro a um dispositivo que permite alongar os atuais contratos por 30 anos. Dessa forma, a abertura para o ingresso de empresas privadas na prestação desse serviço, que é o objetivo central da legislação, pode ser adiada por três décadas.



O ministro da Economia, Paulo Guedes: os dois primeiros anos no governo mostraram que na política as coisas não são tão simples quanto possam parecer

## Expectativa x Realidade

As promessas de Guedes

| Expectativa  | Realidade  |
|--|--|
| ■ Zerar o déficit primário do governo central ainda em 2019  | O déficit ficou em R\$ 95 bi em 2019. Para este ano, devido à pandemia, está projetado em R\$ 844 bi   |
| ■ Aprovar a reforma da Previdência   | PEC foi aprovada em 2019, mas sem regime de capitalização  |
| ■ Arrecadar R\$ 1 tri com privatizações (R\$ 103 bi em 2019 e R\$ 150 bi em 2020)                  | Não houve venda de grandes estatais. Foram extintas duas (Codoman e Casemp) e desinvestidas nove (TAG, BB Turismo, BB Distribuidora, Logijá, Strabura, ETN, CorreiosPar, Corecta e Montevideo Distribuidora). Neste mês, foi autorizada a extinção da Ceitec |
| ■ Monetizar parte do R\$ 1 tri de imóveis da União   | Até agora, as vendas somaram R\$ 445 mi. Ministério acaba de lançar programa com meta de arrecadar R\$ 110 bi até 2022   |
| ■ Obter R\$ 100 bi com leilão de excedentes da cessão onerosa                                      | Leilão rendeu R\$ 70 bi, com presença forte da Petrobras. Duas das quatro áreas ofertadas não tiveram interessados   |
| ■ Após aprovação da reforma da Previdência (ou/19), apresentar a proposta da tributária em 40 dias | Primeira etapa foi apresentada em julho de 2020. Outras fases ainda não saíram   |
| ■ Criar o imposto sobre transações, que arrecadaria até R\$ 150 bi ao ano                          | Proposta foi paralisada dentro do governo por ordem do presidente e sofre resistência no Congresso   |
| ■ Desonerar a folha salarial   | Discussão foi interdiada por Bolsonaro pois está vinculada à criação do imposto sobre transações   |
| ■ Aumentar a faixa de isenção de Imposto de Renda  | Ligada à reforma tributária, proposta não andou  |
| ■ Estimular a contratação de jovens por meio do Contrato Verde e Amarelo                           | MP não foi aprovada por falta de apoio do Congresso  |
| ■ Em janeiro de 2020, enviar a reforma administrativa em até duas semanas                          | Proposta foi apresentada em setembro e mais enxuta que o planejado pelo governo. Ficou parada no Congresso   |
| ■ Desindexar o orçamento com R\$ 36 bi para despesas discricionárias                               | PECs fiscais seguiram para o Congresso em novembro de 2019, mas sem desindexação ampla, e ficaram paradas. Com a pandemia, mais enxutas, estava sendo discutido, mas foi adiado para 2021  |
| ■ Reduzir as renúncias fiscais   | Nenhuma proposta nessa direção foi encaminhada ao Congresso  |
| ■ Reduzir gastos com juros da dívida   | Movimento foi visível em 2019. Em 2020 ainda é preciso verificar porque a dívida subiu com a pandemia  |
| ■ Reduzir tamanho dos bancos públicos  | Antes da crise houve forte redução do BNDES e, em menor intensidade, do Banco do Brasil e da Caixa   |
| ■ Dar uma "facada" no Sistema S  | Prometida ainda em 2018, na transição de governo, contribuições foram cortadas em 50% apenas entre abril e junho deste ano   |
| ■ Fechar acordos comerciais  | Acordo Mercosul União Europeia foi assinado, mas ainda não está valendo, pois depende de ratificações. Outras negociações estão em andamento   |
| ■ Abrir a economia   | Adotou medidas pontuais de redução de tarifa de importação, como de equipamentos médicos, arroz e milho  |
| ■ Reduzir burocracia   | Medidas como a Lei da Liberdade Econômica e digitalização de serviços do governo foram adotadas  |
| ■ Aprovar a nova lei das agências reguladoras  | Aprovada   |
| ■ Promover a reorganização societária da Caixa   | MP perdeu validade   |
| ■ Aprovar a autonomia do Banco Central   | Aprovada no Senado; falta Câmara   |
| ■ Aprovar a nova lei das licitações  | Aprovada; falta sanção   |
| ■ Aprovar a nova lei de falências  | Aprovada; falta sanção   |
| ■ Aprovar o novo marco do saneamento   | Aprovado e sancionado; falta analisar os vetos   |
| ■ Aprovar o novo marco da navegação de cabotagem   | Aprovado na Câmara; falta Senado   |
| ■ Aprovar o novo marco das ferrovias   | Em tramitação no Senado  |
| ■ Aprovar o novo marco do gás natural  | Aprovado no Senado, voltou para a Câmara. Medidas infragêneas estão em andamento, mas longe de promover o "choque de energia barata" prometido pelo ministro   |
| ■ Aprovar o novo marco do setor elétrico   | Em tramitação no Senado  |
| ■ Aprovar o marco legal das startups   | Aprovado na Câmara; falta Senado   |
| ■ Alterar o regime de partilha   | Em tramitação no Senado  |
| ■ Aprovar projeto de reestruturação da dívida dos Estados  | Aprovado; falta sanção   |
| ■ Aprovar projeto de modernização cambial  | Em tramitação na Câmara  |
| ■ Em julho de 2020, fazer 4 grandes privatizações em 90 dias                                       | Não ocorreram. Ministro diz que aliança de Rodrigo Maia com centro-esquerda no Congresso bloqueou o processo   |
| ■ Em maio de 2020, apresentar um programa de emprego em "30, 40 dias"                              | Não foi apresentado  |
| ■ Criar o Renda Cidadã a partir da revisão de benefícios já existentes                             | Com impasse político dentro e fora do governo, não foi encontrada solução para tirar o programa do papel   |

Fonte: Levantamento feito pelo Valor com base em informações do Ministério da Economia e de Congresso Nacional e de registros de ministro. Consideradas informações até 18 de 17 de dezembro

mento básico, das agências reguladoras, das licitações públicas.

A maior parte desses temas não teve sua discussão iniciada pelo atual governo. Tal como a reforma da Previdência, as propostas avançaram porque eram também de interesse do Congresso.

Se vão gerar os efeitos esperados, é algo que se verá ao longo do tempo. Críticos apontam a pouca atenção a detalhes nessas novas legislações, o que pode reduzir seu impacto sobre novos negócios.

No saneamento, por exemplo, ainda está pendente de análise pelo Congresso um veto de Bolsonaro a um dispositivo que permite alongar os atuais contratos por 30 anos. Dessa forma, a abertura para o ingresso de empresas privadas na prestação desse serviço, que é o objetivo central da legislação, pode ser adiada por três décadas.

## Abatidos na decolagem

Medidas de enfrentamento aos efeitos da pandemia - R\$ bilhões

### Principais medidas com impacto no orçamento

| Pelo lado das despesas  |              |
|---|--------------|
| Auxílio emergencial * prorrogação                               | 321,8        |
| Auxílio financeiro a Estados e municípios                       | 60,2         |
| Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEM) | 51,6         |
| Pré-emprego   | 27,9         |
| Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (Peac)                | 20           |
| Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese)               | 17           |
| Transf. a Estados e municípios - compensação do FPE e FPM       | 16           |
| Transf. a Estados e municípios - área de saúde                  | 10           |
| Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (Peac) - muquinhos    | 10           |
| Outras  | 53,1         |
| <b>Subtotal despesas</b>  | <b>587,6</b> |

| Pelo lado das receitas   |              |
|--|--------------|
| Redução do IOF sobre crédito   | 20,4         |
| Redução do Imposto de Importação sobre bens de uso médico-hospitalar | 3,2          |
| Outras   | 1,9          |
| <b>Subtotal receitas</b>   | <b>27,5</b>  |
| <b>Impacto fiscal total</b>  | <b>615,1</b> |

### Principais medidas com impacto no crédito

**R\$ 1,274 trilhão** Aumento da liquidez (potencial)  
**R\$ 1,348 trilhão** Aumento da oferta de crédito (potencial)

Fonte: Ministério da Economia, 24/12/2020

Assine: [assinevalor.com.br](http://assinevalor.com.br)  
ou ligue: 0800 7018888

**Valor**

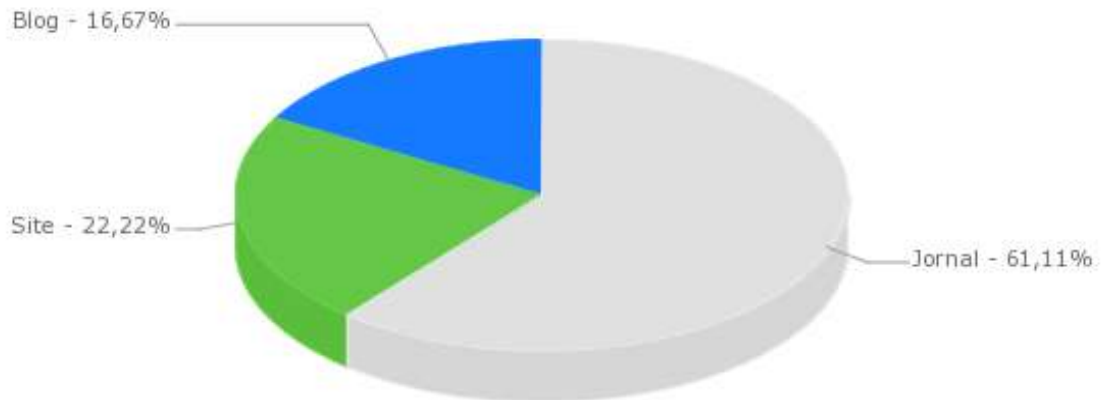
## Clippings

| Data     | Veículo           | Tipo Mídia | Cidade | UF | Título  | Impacto  | Tipo Publicação | Tipo Clipping | Cat | Pgs. | Centim./Minut. | Valor Editorial |
|----------|-------------------|------------|--------|----|---|----------|-----------------|---------------|-----|------|----------------|-----------------|
| 17/12/20 | NoMinuto.com      | Site       | Natal  | RN | Sinalização turística alavanca atividades no interior do Rio Grande do Norte  | Neutro   | Matéria         |               | B   |      |                |                 |
| 17/12/20 | G1 RN             | Site       |        | RN | Natal cai nove posições e tem 40º maior PIB entre municípios                  | Neutro   | Matéria         |               | A   |      |                |                 |
| 17/12/20 | Blog do FM        | Blog       |        | RN | Comissão da ALRN aprova projeto de lei que cria cartão digital de vacinação   | Neutro   | Matéria         |               | B   |      |                |                 |
| 17/12/20 | G1 RN             | Site       |        | RN | Bodó tem maior PIB per capita entre municípios do Rio Grande do Norte         | Neutro   | Matéria         |               | A   |      |                |                 |
| 17/12/20 | Blog da Juliska   | Blog       | Natal  | RN | Projeto que obriga intérprete de libras em telejornais é aprovado em Comissão | Neutro   | Matéria         |               | B   |      |                |                 |
| 18/12/20 | Tribuna do Norte  | Site       | Natal  | RN | Lições da Alemanha  | Positivo | Matéria         |               | A   |      |                |                 |
| 18/12/20 | Blog Carlos Costa | Blog       |        | RN | Parceria entre Senac RN e prefeitura de Mossoró qualifica 50                  | Positivo | Matéria         |               | B   |      |                |                 |

| Data     | Veículo            | Tipo Mídia | Cidade   | UF | Título   | Impacto | Tipo Publicação | Tipo Clipping | Cat | Pgs. | Centim./Minut. | Valor Editorial |
|----------|--------------------|------------|----------|----|--|---------|-----------------|---------------|-----|------|----------------|-----------------|
|          |                    |            |          |    | novos profissionais gratuitamente                            |         |                 |               |     |      |                |                 |
| 18/12/20 | Tribuna do Norte   | Jornal     | Natal    | RN | Meta é imunizar todo o País em 2022                          | Neutro  |                 |               | B   |      |                |                 |
| 18/12/20 | Tribuna do Norte   | Jornal     | Natal    | RN | STF dá aval para vacina obrigatória                          | Neutro  | Matéria         |               |     |      |                |                 |
| 18/12/20 | Tribuna do Norte   | Jornal     | Natal    | RN | PIB da construção civil deve crescer 4% em 2021              | Neutro  | Matéria         |               | A   |      |                |                 |
| 18/12/20 | Tribuna do Norte   | Jornal     | Natal    | RN | No RN, cinco municípios concentram 57,5 do PIB               | Neutro  | Matéria         |               | A   |      |                |                 |
| 18/12/20 | Tribuna do Norte   | Jornal     | Natal    | RN | Projeto na Via Costeira será debatido                        | Neutro  | Matéria         |               | A   |      |                |                 |
| 18/12/20 | O Globo            | Jornal     | Brasília | DF | Tentativa de derrubar desoneração é criticada                | Neutro  | Matéria         |               | A   |      |                |                 |
| 18/12/20 | Folha de São Paulo | Jornal     |          | SP | Fim do auxílio e vencimento de dívidas devem aumentar calote | Neutro  | Matéria         |               | A   |      |                |                 |
| 18/12/20 | Folha de São Paulo | Jornal     |          | DF | Auxílio emergencia I eleva inflação dos mais pobres, diz     | Neutro  | Matéria         |               | A   |      |                |                 |

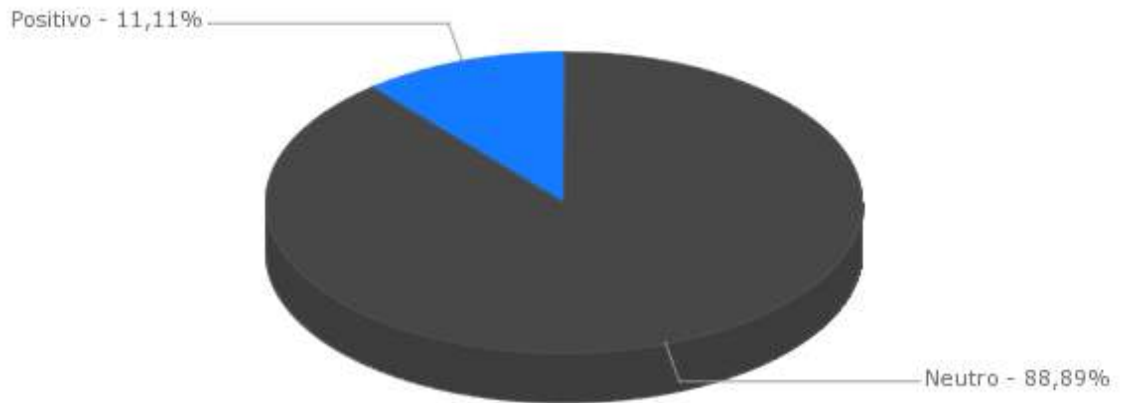
| Data             | Veículo            | Tipo Mídia | Cidade   | UF | Título  | Impacto | Tipo Publicação | Tipo Clipping | Ca t | Pgs. | Centim./Minut. | Valor Editori al |
|------------------|--------------------|------------|----------|----|---|---------|-----------------|---------------|------|------|----------------|------------------|
|                  |                    |            |          |    | Banco Central   |         |                 |               |      |      |                |                  |
| 18/12/20         | Folha de São Paulo | Jornal     |          | DF | STF permite que Estado imponha restrições a quem não tomar vacina | Neutro  | Matéria         |               | A    |      |                |                  |
| 18/12/20         | Valor Econômico    | Jornal     | Brasília | DF | Disputa por espaços no governo pode levar à volta do MDIC         | Neutro  | Matéria         |               | A    |      |                |                  |
| 18/12/20         | Valor Econômico    | Jornal     | Brasília | DF | Guedes, dois anos de alguns avanços e várias frustrações          | Neutro  | Matéria         |               | A    |      |                |                  |
| <b>Qtde.: 18</b> |                    |            |          |    |   |         |                 |               |      |      |                |                  |

### Clippings por Tipo de Mídia



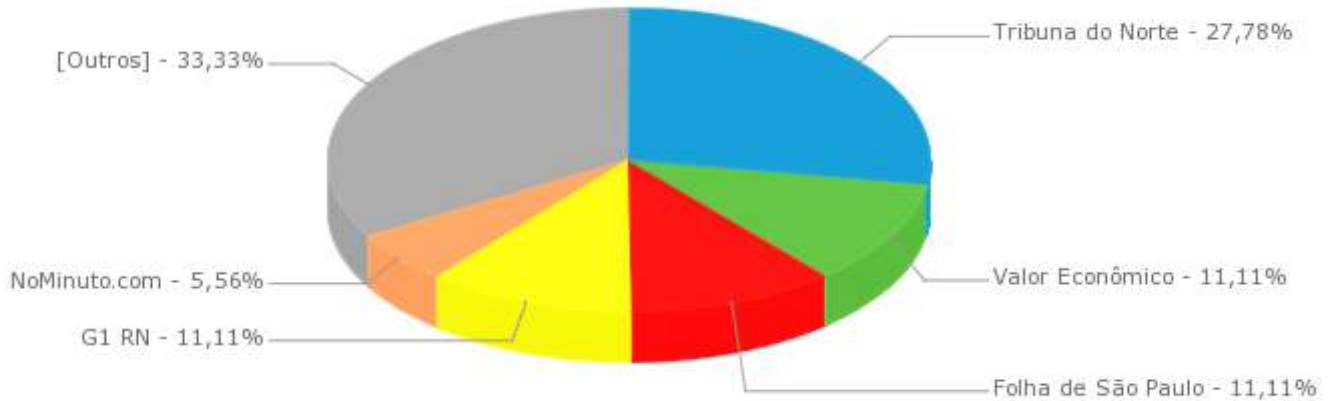
| Tipo de Mídia | Qtde. | %                |
|---------------|-------|------------------|
| Jornal        | 11    | 61,11 %          |
| Site          | 4     | 22,22 %          |
| Blog          | 3     | 16,67 %          |
|               |       | <b>Total: 18</b> |

### Clippings por Impacto



| Impacto  | Qtde. | %                |
|----------|-------|------------------|
| Neutro   | 16    | 88,89 %          |
| Positivo | 2     | 11,11 %          |
|          |       | <b>Total: 18</b> |

### Clippings por Veículo



| Veículo            | Tipo de Mídia | Qtde. | %         |
|--------------------|---------------|-------|-----------|
| Tribuna do Norte   | Jornal        | 5     | 27,78 %   |
| Valor Econômico    | Jornal        | 2     | 11,11 %   |
| Folha de São Paulo | Jornal        | 2     | 11,11 %   |
| G1 RN              | Site          | 2     | 11,11 %   |
| NoMinuto.com       | Site          | 1     | 5,56 %    |
| O Globo            | Jornal        | 1     | 5,56 %    |
| Tribuna do Norte   | Site          | 1     | 5,56 %    |
| Blog da Juliska    | Blog          | 1     | 5,56 %    |
| Blog do FM         | Blog          | 1     | 5,56 %    |
| Folha de São Paulo | Jornal        | 1     | 5,56 %    |
| Blog Carlos Costa  | Blog          | 1     | 5,56 %    |
| <b>Total:</b>      |               |       | <b>18</b> |